

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO/RJ

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO
DE 2015**

Rio de Janeiro - 2015



CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO/RJ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do Exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições do DN TCU nº 146/2015 e da Portaria TCU nº 321/2015.

Rio de Janeiro - 2015



Sumário:

Apresentação	03
1 Visão Geral da Unidade	04
2 Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional	07
3 Governança	61
4 Relacionamento com a Sociedade.....	67
5 Desempenho Financeiro e Informações Contábeis	69
6 Áreas Especiais da Gestão	74
7 Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle	82



Apresentação

Neste relatório, serão apresentados os resultados de todas as ações promovidas pelo Corecon-RJ em 2015, em conformidade com a legislação em vigor. Os projetos desenvolvidos em 2015 foram divididos em 5 áreas: Projeto 1 – Valorização da profissão; Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora; Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa; Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira; Projeto 5 – Fortalecimento da imagem institucional. Cada um desses projetos reúne um conjunto de ações que foram desempenhadas por cada Secretaria da Autarquia.

A estrutura do relatório obedece aos termos da DN TCU nº 146/2015 e da Portaria nº 321/2015, sendo dividido da seguinte forma:

- 1- Visão Geral da Unidade
- 2- Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional
- 3- Governança
- 4- Relacionamento com a Sociedade
- 5- Desempenho Financeiro e Informações Contábeis
- 6- Áreas Especiais da Gestão
- 7- Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle

Os pareceres e relatórios da Unidade de Auditoria Interna e Colegiado serão apresentados em outro documento, conforme estrutura prevista no sistema e-Contas do TCU.



1 – Visão Geral da Entidade

1.1 – Identificação da Entidade:

Identificação da Entidade	
Denominação Completa: Conselho Regional de Economia - 1ª Região/RJ	
Denominação Abreviada: CORECON-RJ	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal	CNPJ: 29.168.010/0001-12
Principal Atividade: Fiscalização Profissional	Código CNAE: 84.11-6
Telefone: 21-2103-0178 FAX: 21-2103-0106	
Endereço Eletrônico: guilherme@corecon-rj.org.br	
Página na Internet: www.corecon-rj.org.br	
Endereço Postal: Av. Rio Branco, n.º 109, 19º andar. Centro. Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20.040-004	

1.2 – Finalidade e Competências Institucionais:

Fiscalização do exercício da profissão de economista e registro de pessoas jurídicas e físicas no estado do Rio de Janeiro.

1.3 – Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade:

- Normas de criação: Leis 1.411/51; 6.021/74; 6.206/75; 6.537/78; 6.839/80; 12.514/11. Decreto 31.794/52;
- Consolidação da legislação profissional do Economista editada pelo Conselho Federal de Economia;
- Regimento Interno do Conselho Regional de Economia da 1ª. Região – RJ;
- Resoluções Corecon-RJ n.º 01/2015 (Renovação do 2º Terço do Plenário), n.º 02/2015 (Eleição do Presidente e Vice-Presidente), n.º 03/2015 (Designação da Comissão de Tomada de Contas), n.º 04/2015 (Designação da Comissão de Licitação) e n.º 05/2015 (Designação dos responsáveis pela movimentação financeira e assinatura de cheques).

1.4 – Breve Histórico da Entidade:

O Conselho Regional de Economia da 1ª Região é uma Autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, instituída pela Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951; regulamentada pelo Decreto n.º



31.794, de 17 de novembro de 1952; com alterações dadas pelas Leis n.ºs 6.021, de 03 de janeiro de 1974 e 6.537, de 19 de junho de 1978. O CORECON do Estado do Rio de Janeiro, por ser o regional mais antigo é denominado como "1ª Região".

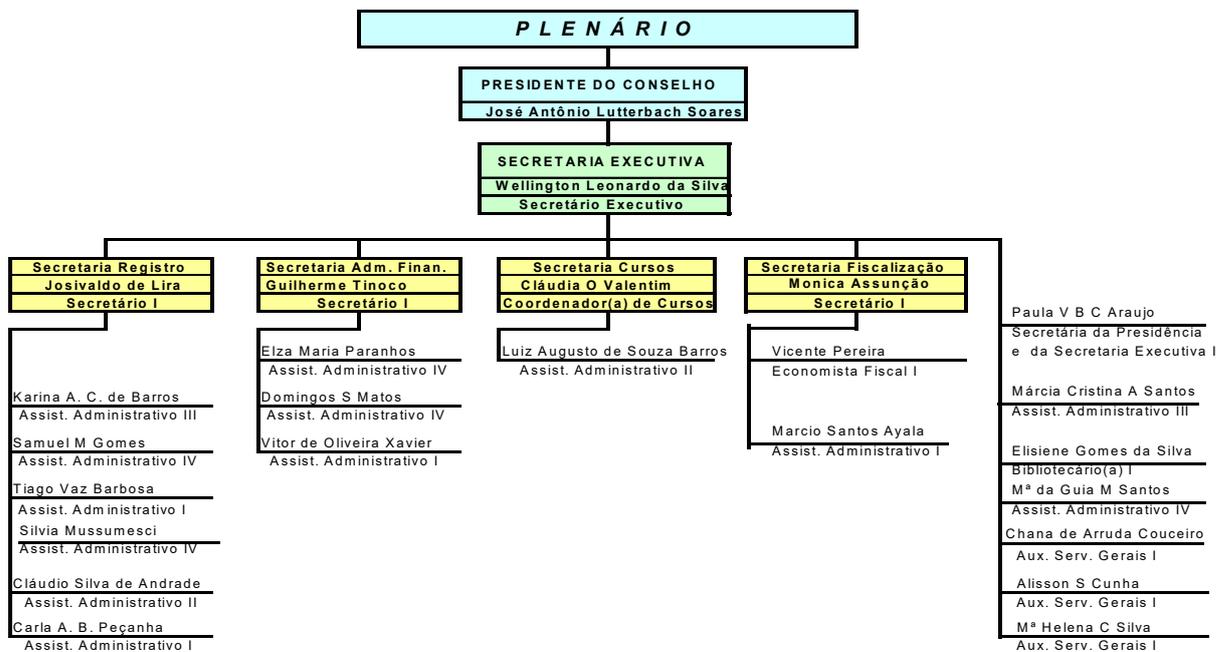
1.5 – Organograma:

Áreas Estratégicas	Competência	Titular	Cargo	Período de atuação
Plenário	Instância deliberativa máxima da Autarquia, integrado por 09 (nove) conselheiros efetivos, substituíveis por suplentes em igual número, todos eleitos em conformidade com as disposições legais e infra legais mencionadas no subitem 1.2, responsável pela definição das macro ações a serem implementadas pelas Secretarias do Conselho	Não há titular para esta área	Conselheiro	Janeiro a Dezembro de 2015
Presidência	Órgão responsável pelo macro gerenciamento da Autarquia e acompanhamento da execução das ações definidas pelo Plenário, em função das competências jurídicas da Autarquia.	José Antonio Lutterbach Soares	Presidente	Janeiro a Dezembro de 2015
Secretaria Executiva	Órgão executivo encarregado de coordenar a ação de todas as demais secretarias na execução das atividades definidas pelo Plenário e pela Presidência da Autarquia.	Wellington Leonardo da Silva	Secretário Executivo	Janeiro a Dezembro de 2015
Secretaria de Administração e Finanças	Encarregada de coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades vinculadas à gerência financeira, gestão de pessoal, compras, contas a pagar e conservação e controle dos bens patrimoniais.	Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos	Secretário de Adm. e Finanças	Janeiro a Dezembro de 2015
Secretaria de Fiscalização	Encarregada de efetuar a fiscalização do exercício profissional das pessoas físicas e jurídicas que operam no campo da ciência econômica, monitorar a obediência à legislação profissional pelos economistas,	Monica Assunção Silva	Secretária de Fiscalização	Janeiro a Dezembro de 2015

	empresas, promotores de concursos públicos e da condução técnica dos processos de ética.			
Secretaria de Registro	Encarregada de efetuar os registros das pessoas físicas e jurídicas, da cobrança administrativa e jurídica das anuidades devidas pelos registrados e de suas relações institucionais com a Autarquia.	Josivaldo de Lira	Secretário de Registro	Janeiro a Dezembro de 2015
Secretaria de Cursos	Encarregada de prospectar e coordenar a execução de cursos de aperfeiçoamento profissional para os economistas e alunos de economia.	Claudia Oliveira Colares Valentim	Coordenadora de Cursos	Janeiro a Dezembro de 2015
Biblioteca	Responsável pela guarda e administração do acervo técnico, dos processos de registro e de fiscalização da Autarquia.	Elisiane Gomes da Silva e Silva	Bibliotecária	Janeiro a Dezembro de 2015

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - RIO DE JANEIRO

ORGANOGRAMA COMPLETO - 2015





2 – Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional

2.1 – Planejamento Organizacional

O Programa de Trabalho do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2015 teve como fio condutor a linha de planejamento estratégico, iniciado há 14 (quatorze) anos na Autarquia, destinado a promover a modernização dos instrumentos de gestão da entidade, de forma a capacitá-la para o cumprimento de sua missão institucional, tendo como prioridades os esforços para promover a valorização profissional do economista; a fiscalização do exercício profissional; garantir a potencialidade da capacidade financeira via ingresso de novos registros, manutenção da política de tratamento da inadimplência e proteção das reservas; o aprofundamento do processo de aprimoramento da estrutura administrativa; a ampliação dos laços com os demais conselhos regionais de fiscalização da profissão e sindicatos de economistas; o aprofundamento da estratégia de divulgação da imagem institucional do Corecon-RJ, pela ampliação de suas interlocuções com a sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, instituições de ensino superior, organizações não governamentais e imprensa.

As ações que compunham o Plano de Trabalho foram classificadas em cinco projetos, a saber:

- Projeto 1 – Valorização da profissão
- Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora
- Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa
- Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira
- Projeto 5 – Fortalecimento da imagem institucional

2.2 – Ações adotadas para atingir os objetivos estratégicos:

2.2.1 – Valorização da profissão

- 2.2.1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais conselhos regionais e o Conselho Federal;
- 2.2.1.2 – realizar o V Encontro de Economia da Região Sudeste;
- 2.2.1.3 – monitorar a tramitação do PLS 658/07 e contribuir para seu aprimoramento;
- 2.2.1.4 – contribuir para o detalhamento do campo de atuação do profissional economista a partir da legislação existente;
- 2.2.1.5 – acompanhar as oportunidades de trabalho e a situação profissional dos peritos, cadastrados, junto ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

- 2.2.1.6 – ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de Economia, participando das atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições;
- 2.2.1.7 – promover encontro com os diretores dos cursos de economia das universidades do Estado;
- 2.2.1.8 – apoiar e ajudar a organizar encontro anual das universidades do Estado;
- 2.2.1.9 – editar material divulgando as atividades profissionais do economista destinado aos estudantes universitários;
- 2.2.1.10 – realizar a quinta gincana estadual de Economia;
- 2.2.1.11 – manter a oferta de cursos, inclusive gratuitos, de aperfeiçoamento técnico para os economistas em situação regular perante o Conselho;
- 2.2.1.12 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado;
- 2.2.1.13 – publicar livro com as monografias premiadas em 2014;
- 2.2.1.14 – acompanhar e divulgar oportunidades de trabalho nas áreas de economia e finanças em nossa página na Internet;
- 2.2.1.15 – efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o economista está capacitado, junto a governos; autarquias; empresas públicas e privadas; órgãos governamentais e terceiro setor;
- 2.2.1.16 – continuar realizando campanha de esclarecimento destinada aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação profissional do Economista;
- 2.2.1.17 – continuar o processo de aprimoramento dos mecanismos e da metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-los mais eficaz na cobertura das fases de preparação dos editais e de convocação dos aprovados para os cargos de economista;
- 2.2.1.18 – implantar banco de currículos na página do Conselho na Internet;
- 2.2.1.19 – implantar o cadastro de consultores em economia, perícias e arbitragens econômico-financeiras na página do Conselho na Internet;
- 2.2.1.20 – implantar a oferta de correios eletrônicos aos economistas utilizando o domínio “corecon-rj.org.br”;
- 2.2.1.21 – ampliar e atualizar a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet;
- 2.2.1.22 – manter o processo de atualização do acervo de títulos da Biblioteca, priorizando temas vinculados a questão do desenvolvimento;
- 2.2.1.23 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico;

2.2.2 – Intensificação da ação fiscalizadora

- 2.2.2.1 – aprimorar o sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e de fiscalização, em especial, quanto aos prazos definidos para cada uma de suas fases;

- 2.2.2.2 – dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos;
- 2.2.2.3 – promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes;
- 2.2.2.4 – identificar e promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos;
- 2.2.2.5 – aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização;
- 2.2.2.6 – continuar investindo na identificação e consequente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com o registro cancelado;
- 2.2.2.7 – intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro;
- 2.2.2.8 – notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens com os nomes dos economistas que nelas atuam;
- 2.2.2.9 – manter a política de executar ações de fiscalização sobre as secretarias de fazenda e de planejamento do governo do Estado, dos municípios e de outros órgãos públicos onde possa haver o desempenho de atividades privativas dos economistas;
- 2.2.2.10 – aprimorar a relação estabelecida pela Secretaria de Fiscalização com as Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro;
- 2.2.2.11 – explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisa, tais como, o convênio firmado com o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, o Diário Oficial do Estado, jornais impressos e redes sociais, para a localização de economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas a Ciência Econômica;
- 2.2.2.12 – firmar convênio com a Junta Comercial do Estado e o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade do item anterior;
- 2.2.2.13 – ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formados pelas universidades do Estado, para esclarecer aos novos economistas sobre a regulamentação profissional;
- 2.2.2.14 – publicar versão atualizada da cartilha informativa sobre a ação da fiscalização, utilizando-a como parte das ações preventivas contra o exercício ilegal da profissão;
- 2.2.2.15 – realizar campanhas de esclarecimento, direcionada aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão;
- 2.2.2.16 – concluir a reestruturação e consolidação do Manual de Rotinas e Procedimentos da Secretaria de Fiscalização;
- 2.2.2.17 – inaugurar linha de ação voltada para a fiscalização de professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional;
- 2.2.2.18 – estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado, buscando ampliar a atuação do Corecon-RJ para além da capital do Estado do Rio de Janeiro;
- 2.2.2.19 – triplicar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas em 2014;
- 2.2.2.20 – elevar o número de registros de pessoas jurídicas e físicas;
- 2.2.2.21 – aprimorar o tratamento técnico necessário a condução de processos ético-profissionais;

2.2.2.22 – analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, em especial, quanto ao Capítulo VI, item 6.2, da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista;

2.2.2.23 – utilizar a oferta de cursos e convênios, além da Biblioteca, como emuladores de processos de fiscalização;

2.2.3 – Aprimoramento da estrutura administrativa

2.2.3.1 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno;

2.2.3.2 – melhorar a qualidade dos atendimentos não-presenciais;

2.2.3.3 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho, manualizar seus procedimentos, sanear seus processos administrativos e arquivar seu passivo documental;

2.2.3.4 – aprimorar os procedimentos e a qualidade dos processos e fluxos internos;

2.2.3.5 – criar mecanismo de controle, proativo, sobre a tramitação dos processos judiciais, exercendo fiscalização adequada quanto ao atendimento, por parte da Assessoria Jurídica, das solicitações da justiça;

2.2.3.6 – analisar a validade dos registros suspensos de pessoas jurídicas, referentes a 64 empresas, e propor os devidos encaminhamentos para cada caso;

2.2.3.7 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-os às normas estabelecidas;

2.2.3.8 – avançar no desenvolvimento de sistema de cadastro, cobrança de anuidades, controle contábil e financeiro, capaz de atender adequadamente as necessidades do Conselho;

2.2.3.9 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão;

2.2.3.10 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos;

2.2.3.11 – aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados;

2.2.3.12 – prosseguir com o processo de digitalização do acervo documental da entidade;

2.2.3.13 – finalizar a reestruturação do arquivo de registros definindo o tratamento a ser dado aos processos de registros de economistas falecidos para ampliar a capacidade de incorporação de novos processos;

2.2.3.14 – continuar ordenando e reorganizando o material bibliográfico armazenado, assim como planejar e realizar o inventário anual da Biblioteca, a fim de corrigir possíveis incompatibilidades entre acervo e sistema;

2.2.3.15 – reunir, organizar e difundir, de acordo com as normas bibliográficas adotadas pela Fundação Biblioteca Nacional, o acervo da Biblioteca;

2.2.3.16 – prosseguir com o trabalho de uniformização dos índices de autor, assunto e editora do acervo da Biblioteca;

2.2.3.17 – continuar promovendo a descrição do conteúdo dos documentos, a sinalização das informações e das fontes de cada unidade documental do acervo, de modo a facilitar o acesso, localização, utilização e intercâmbio, e difundir sua existência;

2.2.3.18 – finalizar o processo de verificação das condições de uso do acervo da Biblioteca convertido de VHS para DVD;

2.2.3.19 – continuar promovendo o intercâmbio com outras Bibliotecas possibilitando o acesso a documentos e publicações não existentes em nosso acervo;

2.2.3.20 – continuar desenvolvendo os produtos e serviços oferecidos no espaço reservado a Biblioteca na página do Conselho na Internet;

2.2.3.21 – continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional desenvolvida em 2010 ao conjunto dos empregados da Autarquia;

2.2.3.22 – criar Ouvidoria em nossa página na Internet sobre a qualidade do atendimento prestado pelo Conselho;

2.2.3.23 – realizar pesquisa do nível de satisfação dos economistas e empresas, quanto à qualidade do atendimento na SEREG, buscando identificar os principais problemas referentes à qualidade, tempo do atendimento, bem como, em relação aos folhetos explicativos;

2.2.4 – Potencialização da capacidade financeira

2.2.4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes;

2.2.4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário;

2.2.4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa de anuidades de exercícios findos;

2.2.4.4 – prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas;

2.2.4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização;

2.2.4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional;

2.2.4.7 – intensificar a política de aplicação das reservas financeiras em letras do tesouro nacional;

2.2.4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las;

2.2.5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

2.2.5.1 – apoiar o movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil;

2.2.5.2 – realizar seminários sobre a economia regional;

2.2.5.3 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico;

2.2.5.4 – ampliar a capilaridade do CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento;

- 2.2.5.5 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do CED;
- 2.2.5.6 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares;
- 2.2.5.7 – instituir núcleo de apoio à pesquisa na Biblioteca;
- 2.2.5.8 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica;
- 2.2.5.9 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações, promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas pertençam ao campo da Ciência Econômica;
- 2.2.5.10 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos priorizando, em relação a estes últimos, as regiões e bairros onde haja maior concentração de economistas;
- 2.2.5.11 – criar nova página do Conselho na Internet;
- 2.2.5.12 – contribuir com a organização e viabilização do XXI Congresso Brasileiro de Economia;

2.3 – Desempenho Operacional - Resultados Alcançados:

2.3.1 - Projeto 1 – Valorização da Profissão

2.3.1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais conselhos regionais e o Conselho Federal: A atuação restringiu-se aos processos de fiscalização no Estado.

2.3.1.2 – realizar o V Encontro de Economia da Região Sudeste: Nos dias 06 e 07 de agosto de 2015, o Corecon-RJ promoveu o referido evento, aberto ao público, que foi realizado no auditório da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. No primeiro dia do Encontro, o economista Reinaldo Gonçalves ministrou a palestra “O Brasil e a Geopolítica Mundial”. No segundo dia, foram realizadas duas mesas de debate: “Indicadores Econômicos e Sociais do Brasil”, que contou com a presença dos palestrantes Márcio Pochmann, Paulo Jannuzzi e Roberto Olinto Ramos; e “Política Macroeconômica para o Futuro”, que contou com a presença dos palestrantes Antônio Corrêa de Lacerda e João Antônio de Paula. No total, 163 pessoas compareceram ao evento.

2.3.1.3 – monitorar a tramitação do PLS 658/07 e contribuir para seu aprimoramento: A partir da definição do Senador Romero Jucá para relatar o projeto, a ação passou a ser de responsabilidade do Conselho Federal.

2.3.1.4 – contribuir para o detalhamento do campo de atuação do profissional economista a partir da legislação existente: Está em poder da Secretaria Executiva, um



esboço inicial do material que poderá ser fornecido aos estudantes de Ciências Econômicas no intuito de orientá-los sobre os aspectos legais da profissão, bem como em relação às principais atividades a ela pertinentes. A Secretaria de Fiscalização aguarda apreciação e aprovação da Administração para dar início à ação. Além disso, foi dada continuidade à ação junto às Prefeituras, cuja finalidade era verificar se as atividades de economia e finanças desenvolvidas estavam sendo realizadas por profissionais habilitados, com formação em Ciências Econômicas, e o devido registro em Conselho Regional de Economia. Tal ação serviu para detalhar o campo de atuação profissional dos economistas nas áreas de planejamento, execução e controle de políticas setoriais que visam o desenvolvimento dos Municípios. O resultado foi apresentado, com caráter informativo, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, através de Ofício enviado em janeiro de 2015. Ademais, no ano de 2015, a Secretária de Fiscalização do Corecon-RJ fez parte da Comissão de Fiscalização do COFECON, contribuindo com sugestões para atualizar o Manual de Fiscalização, utilizado como referência para as práticas de fiscalização de todo sistema COFECON/CORECONs. Assim, contribuiu de forma a incluir no referido Manual, as situações observadas na rotina desta Secretaria, como forma de dar legitimidade às ações e de ampliar o campo de atuação do profissional Economista, detalhando as atividades desempenhadas por estes profissionais.

2.3.1.5 – acompanhar as oportunidades de trabalho e a situação profissional dos peritos, cadastrados, junto ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: A Secretaria de Fiscalização verifica trimestralmente os nomes e as situações cadastrais de todos os peritos cadastrados junto ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro que constam da listagem disponibilizada na internet. Os peritos que estavam inadimplentes com o Corecon-RJ receberam carta informando o débito, e foram orientados a procurar a Secretaria de Registros. Com relação às oportunidades de trabalho, a Secretaria de Fiscalização atua sempre que recebe alguma denúncia sobre desempenho ilegal da profissão, instaurando processo administrativo, ou quando recebe denúncia de alguma possível irregularidade de perito registrado, através da análise para instauração de processo ético-disciplinar. No ano de 2015, a Secretaria de Fiscalização atuou enviando Ofício para equiparação de valores pagos aos peritos economistas com os valores pagos aos contadores e engenheiros, e atuou na defesa e consolidação do campo profissional do economista, através de reunião com o CRC-RJ e do envio de Ofícios aos Órgãos responsáveis.

2.3.1.6 – ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de Economia, participando das atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições:

Secretaria de Fiscalização: No ano de 2015, o Corecon-RJ recebeu dois convites para participação em eventos promovidos por faculdades do Estado do Rio de Janeiro, sendo um da UFRRJ de Três Rios e outro da UFF. A Secretaria de Fiscalização não participou de nenhum dos dois eventos, pois as faculdades solicitaram a presença de Conselheiros



nos eventos. Foram estabelecidos contatos pontuais com os centros acadêmicos das Faculdades do Estado do Rio de Janeiro, mas não geraram nenhuma ação efetiva.

Secretaria de Registro: O Secretário de Registros compareceu a evento promovido pela Universidade Católica de Petrópolis, onde o Corecon-RJ montou um Stand para a divulgação de suas atividades, área de atuação, bem como sobre a obrigatoriedade de registro para o exercício da profissão. Foram distribuídos livros, panfletos e cartilhas sobre o campo de atuação dos Economistas.

2.3.1.7 – promover encontro com os diretores dos cursos de economia das universidades do Estado: Esta ação não foi realizada, pois a Secretaria de Fiscalização identificou ações mais relevantes a serem implementadas anteriormente. Desta forma, assim que o quadro de funcionários da Secretaria de Fiscalização estiver completo em 2016, iremos tentar agendar uma reunião com os diretores dos cursos de economia das universidades do Estado, como forma de aproximar os alunos do Corecon-RJ.

2.3.1.8 – apoiar e ajudar a organizar encontro anual das universidades do Estado: A possível aproximação com as universidades, que ocorreria a partir da implementação da ação 2.3.1.7, iria possibilitar o desenvolvimento desta ação.

2.3.1.9 – editar material divulgando as atividades profissionais do economista destinado aos estudantes universitários: A ação foi incluída no bojo do item de nº. 2.3.1.4. A Secretaria de Fiscalização está elaborando o conteúdo para a confecção da cartilha voltada a estudantes universitários. Para estudantes de nível médio, foram confeccionados 2.000 folders “Agora é sua vez de decidir”, informativo que esclarece alguns pontos sobre o curso superior de Ciências Econômicas e a profissão de Economista.

2.3.1.10 – realizar a quinta gincana estadual de Economia: A Quinta Gincana Estadual de Economia foi realizada pela Secretaria de Administração e Finanças, com o acompanhamento da Secretaria de Fiscalização. Nesta edição a V Gincana Estadual de Economia contou com a participação de 04 universidades: UFRRJ Três Rios, UFRRJ Nova Iguaçu, UCP e Universidade Estácio de Sá. A dupla vencedora, UFRRJ Três Rios, representou o Rio de Janeiro na Gincana Nacional, promovida pelo COFECON. A Sexta Gincana Estadual de Economia, a ser realizada no ano de 2016, estará sob o comando da Secretaria de Fiscalização.

2.3.1.11 – manter a oferta de cursos, inclusive gratuitos, de aperfeiçoamento técnico para os economistas em situação regular perante o Conselho: Foram oferecidos 13 cursos, mas somente dois atingiram o número de alunos necessários para viabilizá-los. Foram beneficiados 46 alunos pelos cursos de Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec e Perícia Econômica.



2.3.1.12 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado: Em sua vigésima quinta edição, dentre os dezoito trabalhos enviados, foram premiados os quatro abaixo.

Primeiro Lugar: “O mercado enraizado: uma crítica ao mercado como ordenador universal da economia a partir da antropologia econômica de Karl Polanyi”.

Segundo Lugar: “A transição energética na Alemanha: possibilidades e limites para a utilização de fontes renováveis”.

Terceiro Lugar: “Correlação entre mobilidade urbana e desigualdade social: um estudo de caso da região metropolitana do Rio de Janeiro”.

Menção Honrosa: “Agrupamento e hierarquização dos municípios do estado do Rio de Janeiro: uma análise de cluster e de turnover”.

2.3.1.13 – publicar livro com as monografias premiadas em 2014: essa ação não foi realizada em função de as universidades não terem se disposto a contribuir com o fornecimento de serviços, ou financeiramente com ela. A Autarquia estuda viabilizar a publicação as suas próprias custas.

2.3.1.14 – acompanhar e divulgar oportunidades de trabalho nas áreas de economia e finanças em nossa página na Internet: No ano de 2015, a Secretaria de Fiscalização não recebeu nenhuma solicitação, por parte de contratantes, para divulgação de oportunidades de trabalho em nossa página na internet.

2.3.1.15 – efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o economista está capacitado, junto a governos; autarquias; empresas públicas e privadas; órgãos governamentais e terceiro setor: A Secretaria de Fiscalização aguarda a aprovação do material do item 2.3.1.4 para servir de base para implementação desta ação. Entretanto, as intervenções sobre as vagas oferecidas e a ação junto às Prefeituras serviram para disseminar as atividades que devem ser realizadas pelos economistas. Ademais, os processos de fiscalização abertos durante o ano de 2015 contribuíram para informar as empresas empregadoras sobre as atividades profissionais para as quais o Economista está capacitado.

2.3.1.16 – continuar realizando campanha de esclarecimento destinada aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação profissional do Economista: Em relação as empresas de RH, a Secretaria de Fiscalização conduziu quatro processos administrativos decorrentes de desrespeitos à legislação profissional dos Economistas. Quanto aos concursos públicos a Secretaria de Fiscalização analisou nove (9) editais, estando seis (6) deles de acordo com a legislação, conforme pode ser observado nas tabelas abaixo.

Empresas de RH		
ANO	Processos abertos	VARIAÇÃO %
2011	0	-
2012	3	100
2013	11	267
2014	6	45
2015	4	33

Editais fiscalizados		
ANO	CONCURSOS FISCALIZADOS	VARIAÇÃO %
2004	1	-
2005	-	100
2006	1	100
2007	6	500
2008	6	0
2009	5	17
2010	7	40
2011	12	71
2012	17	42
2013	10	41
2014	11	10
2015	9	18

Dos três (3) editais que não estavam de acordo com a legislação, obtivemos resultado positivo em dois (2) deles (IFRJ e Câmara Municipal do Rio de Janeiro), estando apenas um (1) ainda em andamento (IBGE).

2.3.1.17 – continuar o processo de aprimoramento dos mecanismos e da metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz na cobertura das fases de preparação dos editais e de convocação dos aprovados para os cargos de economista: Tal atividade foi iniciada em 2012 e teve continuidade nos anos seguintes. Ao contrário do que defendia a Secretaria, a experiência concreta levou a uma mudança no eixo que norteou a ação referente ao tema. Em vez de ter o custoso trabalho de acompanhar a lista de convocados, visto que nem todos os aprovados são chamados no mesmo período, além de existir a possibilidade do convocado não tomar posse, foi realizada uma ampla e vasta pesquisa, em sites especializados, dos diversos concursos públicos realizados para economistas e também, os que foram abertos para Bacharéis em

Ciências Econômicas, na área de economia e finanças, por instituições que possuem base no Estado do Rio de Janeiro ou, no caso de empresas com nível de atuação nacional, que tivessem representação no Estado Rio de Janeiro. Após a realização das pesquisas, foram abertos processos de fiscalização solicitando a listagem dos Bacharéis em Ciências Econômicas aprovados, bem como a descrição dos cargos ocupados por tais profissionais no intuito de verificar se tais atividades básicas eram privativas dos economistas, independente da nomenclatura utilizada pela instituição para definir o cargo. Também cabe ressaltar que houve continuidade no acompanhamento diário, em sites especializados, das divulgações de novos editais, tanto direcionados aos economistas quanto para Bacharéis em Ciências Econômicas, na área de economia e finanças, além dos que foram abertos para ampla concorrência, sendo que deveriam ser destinados somente para economistas e, portanto, passíveis de processos jurídicos. Além desta alteração de metodologia, houve também a solicitação de listagem dos aprovados para tais instituições. Assim sendo, os esforços mais relevantes foram realizados nos anos anteriores, não tendo sido enviada nenhuma solicitação de Bacharéis em Economia para Editais já realizados, conforme pode ser verificado na tabela abaixo. No ano de 2015, apenas acompanhamos os Editais que estavam sendo lançados, a fim de evitar que o Corecon-RJ tenha que fiscalizar futuramente os aprovados nestes concursos, atuando de forma preventiva.

Solicitação de listagem de Bacharéis em Economia e Economistas para Editais já realizados		
ANO	CONCURSOS FISCALIZADOS	VARIAÇÃO %
2004	-	-
2005	-	-
2006	-	-
2007	-	-
2008	-	-
2009	-	-
2010	-	-
2011	-	-
2012	14	100
2013	15	7
2014	2	87
2015	0	100

Desta forma, os resultados consolidados sobre o tema “concurso público” englobam apenas a quantidade de Editais fiscalizados durante o ano de 2015, a saber:

Ações junto às instituições que realizaram concursos públicos (consolidado)		
ANO	CONCURSOS FISCALIZADOS	VARIAÇÃO %
2004	1	-
2005	-	100
2006	1	100
2007	6	500
2008	6	0
2009	5	17
2010	7	40
2011	12	71
2012	31	158
2013	25	19
2014	13	48
2015	9	31

2.3.1.18 – implantar banco de currículos na página do Conselho na Internet: A ação não foi realizada por falta de condições técnicas no site do Conselho.

2.3.1.19 – implantar o cadastro de consultores em economia, perícias e arbitragens econômico-financeiras na página do Conselho na Internet: A ação não foi realizada por falta de condições técnicas no site do Conselho.

2.3.1.20 – implantar a oferta de correios eletrônicos aos economistas utilizando o domínio “corecon-rj.org.br”: a ação foi transferida para 2016. Com a finalização do item 2.3.5.11, serão iniciadas pesquisas junto aos provedores sobre a existência de interesse em pactuar convênio através de uma empresa intermediadora.

2.3.1.21 – ampliar e atualizar a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet: Trata-se de uma atividade periódica. Apesar da última atualização ter sido realizada em novembro de 2015, ainda não foi enviada para o site pois precisa de ajustes finais. Este item também é pendente da atualização por parte da empresa que faz a manutenção do site.

2.3.1.22 – manter o processo de atualização do acervo de títulos da Biblioteca, priorizando temas vinculados a questão do desenvolvimento: No ano de 2015 foram incluídos o total de 37 novos exemplares no acervo da Biblioteca, além de 61 novos

exemplares de periódicos, inseridos no acervo e colocados em sumário corrente para a divulgação na página da internet.

2.3.1.23 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico: Essa ação foi executada no ano de 2015, com a divulgação permanente na página inicial do nosso site. A Secretaria de Fiscalização irá adotar, para o ano de 2016, a divulgação semestral de um banner informando sobre o registro de ARTs e CATs no Jornal dos Economistas. No âmbito da Secretaria de Registros, a divulgação se deu através de informações prestadas aos Economistas e empresas durante o atendimento, presencial ou por telefone. Após demonstração de intenção de formalização de registros de ART's e emissão de CAT's, os interessados foram direcionados à Secretária de Fiscalização.

2.3.2 – Intensificação da ação fiscalizadora

2.3.2.1 – aprimorar o sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e de fiscalização, em especial, quanto aos prazos definidos para cada uma de suas fases: Foi dada continuidade à utilização de um sistema de acompanhamento dos prazos estabelecidos, resultando em uma redução substancial no tempo de vida útil de cada processo, considerando o período compreendido entre sua abertura e seu efetivo encerramento. Além disso, foram retomadas as ações da Secretaria de Fiscalização em processos administrativos que estavam parados. Já com relação aos processos éticos, foi criado um roteiro, em 2014, para elaboração e acompanhamento dos mesmos, o que permitiu dar andamento aos processos que estavam parados, e uma maior rapidez aos processos abertos no ano de 2015.

2.3.2.2 – dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos: Essa ação foi desenvolvida em 2015 de forma pontual. Dos cento e quatorze (114) novos registros oriundos da Secretaria de Fiscalização, quatro (4) foram de registros provisórios e/ou cancelados, que foram reativados no ano de 2015.

2.3.2.3 – promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes:

Secretaria de Fiscalização: Essa ação é de responsabilidade da Secretaria de Registros, mas a Secretaria de Fiscalização atua de forma colaborativa, através do envio de Ofício informando existência dos débitos. Os resultados obtidos no exercício podem ser verificados nas tabelas abaixo:

Ofícios enviados informando sobre anuidade em atraso

Pessoa física			Pessoas jurídica			Consolidado		
ANO	Quantidade	VARIAÇÃO %	ANO	Quantidade	VARIAÇÃO %	ANO	Quantidade	VARIAÇÃO %
2011	0	-	2011	0	-	2011	-	-
2012	0	-	2012	0	-	2012	0	-
2013	60	100	2013	1	100	2013	61	100
2014	50	17	2014	7	600	2014	57	7
2015	35	30	2015	11	57	2015	46	19

Ofícios recebidos informando sobre anuidade em atraso

Pessoa física			Pessoas jurídica			Consolidado		
ANO	Quantidade	VARIAÇÃO %	ANO	Quantidade	VARIAÇÃO %	ANO	Quantidade	VARIAÇÃO %
2011	0	-	2011	0	-	2011	-	-
2012	0	-	2012	0	-	2012	0	-
2013	57	100	2013	1	100	2013	58	100
2014	48	16	2014	7	600	2014	55	5
2015	31	35	2015	7	0	2015	38	31

Créditos a recuperar de anuidades em atraso

Pessoa física			Pessoa jurídica			Consolidado		
ANO	Valor	VARIAÇÃO %	ANO	Valor	VARIAÇÃO %	ANO	Quantidade	VARIAÇÃO %
2011	0	-	2011	0	-	2011	-	-
2012	0	-	2012	0	-	2012	0	-
2013	R\$59.886,11	100	2013	R\$ 509,60	100	2013	R\$ 60.395,71	100
2014	R\$90.579,72	51	2014	R\$36.516,20	7065,659341	2014	R\$127.095,92	110
2015	R\$86.063,66	5	2015	R\$27.327,95	-25,1621198	2015	R\$113.391,61	11

Créditos recuperados de anuidades em atraso

Pessoa física			Pessoa jurídica			Consolidado		
ANO	Valor	VARIAÇÃO %	ANO	Valor	VARIAÇÃO %	ANO	Quantidade	VARIAÇÃO %
2011	0	-	2011	0	-	2011	-	-
2012	R\$ 2.205,15	100	2012	0	-	2012	R\$ 2.205,15	100

2013	R\$22.044,47	900	2013	R\$ 509,60	100	2013	R\$ 22.554,07	923
2014	R\$58.604,68	166	2014	R\$5.943,76	1.066	2014	R\$ 64.548,44	186
2015	R\$20.054,85	66	2015	R\$1.912,82	68	2015	R\$ 21.967,67	66

Créditos a recuperar/Créditos recuperados (%)

Pessoa física	
ANO	%
2011	-
2012	-
2013	37%
2014	65%
2015	23%

Pessoa Jurídica	
ANO	%
2011	-
2012	-
2013	100%
2014	16%
2015	7%

Na Secretaria de Registros o cumprimento desta ação se deu principalmente através da localização dos endereços e outros dados cadastrais dos economistas e empresas inadimplentes. Após a devida atualização dos dados no sistema, a Secretaria de Registros solicitava à assessoria jurídica o prosseguimento das ações de execução fiscal, direcionados aos economistas e representantes legais das empresas.

Quantitativo de prosseguimento de ação judicial – Economistas e empresas inadimplentes

ANO	ECONOMISTAS	EMPRESAS	TOTAL
2013	266	100	366
2014	263	139	402
2015	50	66	116

2.3.2.4 – identificar e promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos: Essa ação não foi executada em 2015 pela Secretaria de Fiscalização, mas será atualizada no ano de 2016, para verificar se houve alteração na situação dos economistas responsáveis pelas empresas inadimplentes no Corecon-RJ. Quanto a Secretaria de Registro esta ação se dá no efetivo registro da pessoa jurídica junta ao Corecon-RJ, uma vez que para assumir a responsabilidade técnica de uma empresa, o economista deve estar devidamente registrado e em dia para com suas obrigações legais perante o Conselho. Em 2015 foram realizados sete registros de economistas responsáveis. São eles:

Nome	N.º de registro	Data do registro
RAMON DA SILVA COIMBRA	26990	06/05/2015

RAPHAEL HERDY GIVISIEZ BATTAGLIA	26992	06/05/2015
MAINA CELIDONIO DE CAMPOS	27000	22/05/2015
BARBARA CABALLERO DE ANDRADE	27010	08/06/2015
PEDRO SALLES MONTENEGRO	27079	11/09/2015
MARCELA ANTUNES DE REZENDE	27102	04/11/2015
JOÃO PAULO CAVALCANTI DA SILVA	27121	11/12/2015

2.3.2.5 – aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização: Em 2014, as Secretarias de Fiscalização e de Registros criaram um controle para o acompanhamento do material enviado que pudesse servir de subsídio para abertura dos processos de fiscalização. O sistema de controle teve continuidade em 2015, e o resultado pode ser verificado no quadro abaixo:

DOCUMENTOS ENVIADOS		
ANO	TOTAL	VARIAÇÃO (%)
2011	-	
2012	-	
2013	33	
2014	37	12
2015	37	0

Dos trinta e sete (37) encaminhamentos realizados pela Secretaria de Registros à Secretaria de Fiscalização, quatorze (14) eram de pessoas jurídicas, e vinte e três (23) de pessoas físicas. Foram abertos dezoito (18) processos de fiscalização, que resultaram em oito (8) novos registros - três (3) de pessoa jurídica e cinco (5) de pessoa física. Até o final de 2015, nove (9) processos de fiscalização resultantes de material enviado pela Secretaria de Registros ainda estavam em andamento.

2.3.2.6 – continuar investindo na identificação e consequente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com o registro cancelado: Essa ação foi desenvolvida em 2015, de forma pontual. Dos cento e quatorze (114) novos registros oriundos da Secretaria de Fiscalização, quatro (4) foram de registros provisórios e/ou cancelados, que foram reativados no ano de 2015. No caso de pessoas jurídicas, não houve fiscalização para esses casos, pois é uma situação rara de se encontrar. Os esforços para fiscalização das pessoas jurídicas concentraram-se nos casos das empresas filiais, que precisam ter registro secundário neste Conselho, gerando dois (2) novos registros dentro os quinze (15) gerados no ano passado. Até o final de 2015, outros processos de solicitação de registro secundário ainda estavam em andamento.

2.3.2.7 – intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro: No ano de 2015, foram fiscalizadas 25 empresas do mercado financeiro, conforme observado abaixo:

Empresas do Mercado Financeiro		
ANO	Processos abertos	VARIAÇÃO %
2011	62	100
2012	7	-89
2013	84	1.100
2014	37	56
2015	25	32

Desses processos abertos em 2015, quatro (4) resultaram em registros novos, um (1) foi para a esfera judicial, oito (8) foram encerrados e doze (12) continuam em andamento. Como algumas dessas empresas estão obtendo decisões favoráveis a elas na esfera judicial, desobrigando-as a efetuar registro em Conselho Regional de Economia, a Secretaria de Fiscalização decidiu por priorizar a fiscalização em empresas de economia e finanças que não atuam no mercado financeiro, esperando obter um resultado mais satisfatório. O resultado ainda não pôde ser verificado, pois até o final de 2015, muitos processos abertos ainda estavam em andamento.

2.3.2.8 – notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens com os nomes dos economistas que nelas atuam: Tal ação não foi executada em 2015, pois não houve nenhum indício que indicasse alguma irregularidade. Entretanto, esta ação será realizada no primeiro semestre de 2016, retomando o plano de mapear as possíveis empresas que demandam trabalho de Bacharéis em Ciências Econômicas em todo Estado do Rio de Janeiro. Dos cento e quatorze (114) registros novos de 2015, cinquenta e dois (52) foram resultados de solicitações feitas em 2015 e em anos anteriores, de listagem dos Bacharéis em Ciências Econômicas que atuam nas empresas.

2.3.2.9 – manter a política de executar ações de fiscalização sobre as secretarias de fazenda e de planejamento do governo do Estado, dos municípios e de outros órgãos públicos onde possa haver o desempenho de atividades privativas dos economistas: O ano de 2015 foi dedicado à continuação do acompanhamento dos processos de fiscalização abertos junto às Prefeituras do Rio de Janeiro no ano de 2013, com o objetivo de verificar a existência de Bacharéis em Ciências Econômicas em seus quadros de funcionários e suas respectivas atribuições, bem como de buscar informações sobre os economistas responsáveis por Secretarias que desenvolvem ações na área de economia e finanças. Verificou-se que vinte (20) das cinquenta e oito (58) Prefeituras pesquisadas

possuem economistas em seus quadros de funcionários, representando 34% (trinta e quatro por cento) das Prefeituras analisadas. Além disso, das trinta e oito (38) Prefeituras que não contam com economista em seu quadro de funcionários, sete (7) delas informaram que iriam dar entrada com pedido para autorização visando a realização de concurso público, com o objetivo de sanar a irregularidade, mas somente três realizaram concurso (Prefeitura Municipal de Araruama, Prefeitura Municipal de Natividade e Prefeitura Municipal de Saquarema). Foram feitas apenas duas novas ações no ano de 2015, motivadas por denúncias, e que foram encerradas com êxito.

	Discriminação das atividades realizadas			
	Campanha Informativa	Ação Fiscalizadora	Solicitação de Listagem de Bacharéis em Ciências Econômicas	Outros
2011	-	-	-	-
2012	-	-	-	-
2013	0	4	63	0
2014	0	0	0	4
2015	0	2	0	0

2.3.2.10 – aprimorar a relação estabelecida pela Secretaria de Fiscalização com as Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro: Essa ação guarda relação com a ação anterior, com a continuidade dos processos que ainda estão em andamento.

2.3.2.11 – explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisa, tais como, o convênio firmado com o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, o Diário Oficial do Estado, jornais impressos e redes sociais, para a localização de economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas a Ciência Econômica: Secretaria de Fiscalização: Desde 2012 o Conselho Federal estabeleceu convênio com o Ministério do Trabalho e emprego para obter o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Tal ferramenta não demonstrou ser uma fonte fidedigna em seu objetivo principal, que era fornecer informações sobre possíveis Bacharéis em Ciências Econômicas desempenhando atividades de economista sem o devido registro, porém, é uma boa fonte de informação secundária de empresa empregadora de Bacharéis em Ciências Econômicas. Por ter sido recebida apenas em 16 de novembro de 2015, a mesma não foi utilizada como fonte de pesquisa para o ano de 2015. Os resultados de 2015 estão expressos nas tabelas abaixo:

REGISTRO PESSOA FÍSICA	
FONTE	QUANTIDADE
DIÁRIO OFICIAL	4

CONTRATO SOCIAL E LISTAGENS (INCLUÍDO RESP. TÉCNICOS)	67
LISTAS DE PREFEITURAS	1
INTERNET	38
JORNAIS	1
CURSOS CORECON-RJ	0
OUTROS	3
TOTAL	114

REGISTRO PESSOA JURÍDICA	
FONTE	QUANTIDADE
INTERNET	9
FICHA DE REGISTRO DE FUNCIONÁRIO	3
RAIS	1
CDL RIO	1
OUTROS	1
TOTAL	15

No âmbito da Secretaria de registros, os sites de localização de endereço, CDL e Procob, são amplamente utilizados para a atualização cadastral, principalmente os endereços das correspondências devolvidos. No ano de 2015 foram realizadas 626 (seiscentos e vinte e seis) localizações de endereço utilizando os dois sites de busca. Também é utilizado o CDL para verificação de existência de participação empresarial, nos casos de pedido de cancelamento do registro profissional ou pedido de suspensão por desemprego, o que tem impedido que diversos Economistas consigam o cancelamento ou suspensão de seus registros profissionais, devido ao não cumprimento das condições estabelecidas no regramento legal.

2.3.2.12 – firmar convênio com a Junta Comercial do Estado e o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade do item anterior: Atividade em andamento. A Secretaria de Administração e Finanças iniciou as conversas com a JUCERJA para firmar o convênio.

2.3.2.13 – ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formados pelas Universidades do Estado, para esclarecer aos novos economistas sobre a regulamentação profissional: A ação foi transferida para 2016.

2.3.2.14 – publicar versão atualizada da cartilha informativa sobre a ação da fiscalização, utilizando-a como parte das ações preventivas contra o exercício ilegal da profissão: Foi publicado, na edição de junho de 2015 do Jornal dos Economistas, um

texto sobre a importância da Secretaria de Fiscalização do Corecon-RJ, informando sua área de atuação e as formas de colaborar com o Conselho. A Secretaria tem como meta para 2016, elaborar um folheto com base nesse texto, para ser enviado para as empresas junto com a solicitação de listagem de Bacharéis em Ciências Econômicas, como forma de conscientizar e orientar o cumprimento da legislação.

2.3.2.15 – realizar campanhas de esclarecimento, direcionada aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão: Tal ação foi realizada de forma pontual através do Jornal dos Economistas. A execução da ação completa depende da finalização do item 2.2.1.4.

2.3.2.16 – concluir a reestruturação e consolidação do Manual de Rotinas e Procedimentos da Secretaria de Fiscalização: O Conselho Federal está revendo a seção 6.2 da Consolidação, que trata especificamente dos procedimentos de fiscalização. A Secretaria de Fiscalização participou da Comissão criada em 2015 para atualização do Manual de Fiscalização, reestruturando, modernizando e consolidando os procedimentos a serem adotados nos processos de fiscalização.

2.3.2.17 – inaugurar linha de ação voltada para a fiscalização de professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional: Essa ação foi iniciada no final de 2015, e provavelmente só trará algum resultado efetivo no ano de 2016.

2.3.2.18 – estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado, buscando ampliar a atuação do Corecon-RJ para além da capital do Estado do Rio de Janeiro: A execução da ação foi adiada, na medida não houve tempo hábil para elaboração do estudo descrito no item 2.2.2.8, que visava mapear as empresas que demandam serviços de economia e finanças em todo o estado do Rio de Janeiro, incluindo os municípios do interior.

2.3.2.19 – triplicar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas em 2014: Esta ação não foi realizada, uma vez que houve saída de dois economistas fiscais, sendo um no mês de julho de 2015 (somente sendo tal vaga preenchida em setembro de 2015), e de outro em dezembro de 2015 (vaga ainda não preenchida), o que atrapalhou a abertura de novos processos neste mês.

Processos Abertos

Pessoa Física			Pessoa Jurídica			Consolidado		
ANO	QUANTIDADE	VAR. %	ANO	QUANTIDADE	VAR. %	ANO	QUANTIDADE	VAR. %
2006	0	-	2006	75	-	2006	75	-

2007	0	-	2007	167	123	2007	167	123
2008	26	100	2008	90	46	2008	116	31
2009	92	254	2009	22	76	2009	114	2
2010	93	1	2010	26	18	2010	119	4
2011	109	17	2011	79	204	2011	188	58
2012	119	9	2012	41	48	2012	160	15
2013	189	59	2013	220	437	2013	409	156
2014	165	13	2014	93	58	2014	258	37
2015	146	12	2015	60	35	2015	206	20

Cumpre-nos informar que o ano de 2015 encerrou-se com 231 processos ainda em andamento, para serem analisados e tratados nos anos seguintes.

Pessoa Física			Pessoa Jurídica			Consolidado		
ANO	QUANTIDADE	VAR.%	ANO	QUANTIDADE	VAR.%	ANO	QUANTIDADE	VAR.%
2011	14	-	2011	14	-	2011	28	-
2012	18	100	2012	-3	121	2012	15	46
2013	34	89	2013	75	2600	2013	109	627
2014	56	65	2014	23	69	2014	79	28
2015	62	11	2015	39	70	2015	101	28
Total	122		Total	109		Total	231	

Ofícios enviados

Pessoa Física			Pessoa Jurídica			Assessoria Jurídica *			Informativo * (Conc. Pub.)			Consolidado		
ANO	Nº	VAR.%	ANO	Nº	VAR.%	ANO	Nº	VAR.%	ANO	Nº	VAR.%	ANO	Nº	VAR.%
2007	-	-	2007	-	-	2007	-	-	2007	-	-	2007	-	-
2008	-	-	2008	-	-	2008	-	-	2008	-	-	2008	-	-
2009	138	100	2009	39	100	2009	-	-	2009	-	-	2009	177	100
2010	741	437	2010	489	1.154	2010	-	-	2010	-	-	2010	1230	595
2011	297	60	2011	185	62	2011	-	-	2011	-	-	2011	482	61
2012	285	4	2012	95	49	2012	-	-	2012	-	-	2012	380	21
2013	591	107	2013	594	525	2013	22	100	2013	7	100	2013	1214	219
2014	440	26	2014	502	15	2014	49	123	2014	16	129	2014	1007	17
2015	622	41	2015	481	4	2015	18	63	2015	5	69	2015	1126	12

Notificações enviadas

Pessoa Física			Pessoa Jurídica			Consolidado		
ANO	QUANTIDADE	VAR.%	ANO	QUANTIDADE	VAR.%	ANO	QUANTIDADE	VAR.%
2007	-	-	2007	-	-	2007	-	-
2008	-	-	2008	-	-	2008	-	-
2009	26	100	2009	7	100	2009	33	100
2010	20	23	2010	18	157	2010	38	15
2011	109	445	2011	84	367	2011	193	408
2012	121	11	2012	66	21	2012	187	3
2013	168	39	2013	260	294	2013	428	129
2014	142	15	2014	164	37	2014	306	29
2015	464	227	2015	304	85	2015	768	151

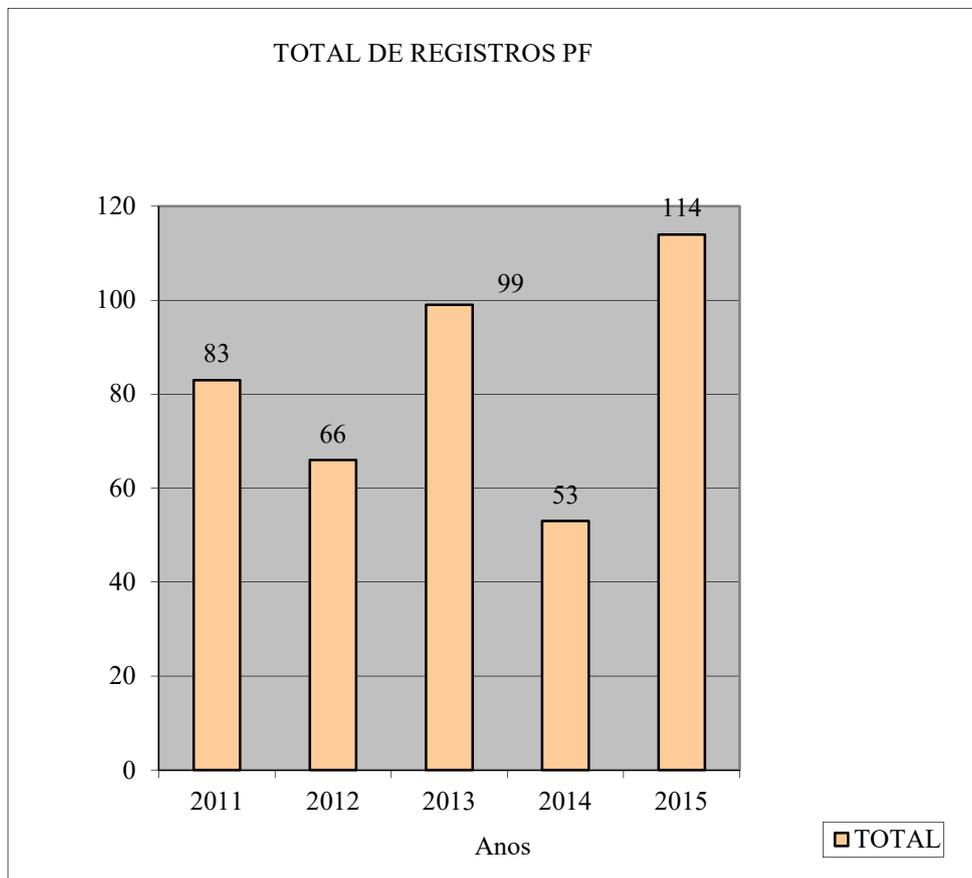
Autos de Infrações enviados

Pessoas Físicas			Pessoas Jurídicas			Consolidado		
ANO	QUANTIDADE	VAR.%	ANO	QUANTIDADE	VAR.%	ANO	QUANTIDADE	VAR.%
2007	-	-	2007	-	-	2007	-	-
2008	-	-	2008	-	-	2008	-	-
2009	6	100	2009	1	100	2009	7	100
2010	6	0	2010	6	500	2010	12	71
2011	72	1.100	2011	47	683	2011	119	892
2012	70	3	2012	27	43	2012	97	18
2013	96	37	2013	135	400	2013	231	138
2014	98	2	2014	81	40	2014	179	23
2015	362	269	2015	211	160	2015	573	220

2.3.2.20 – elevar o número de registros de pessoas jurídicas e físicas: Esta meta foi alcançada para pessoa física, onde 2015 teve o melhor resultado desde o início do sistema de controle. Com relação à pessoa jurídica, o ano foi semelhante ao ano de 2014, a saber:

PESSOA FÍSICA:

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
2011	5	0	5	5	13	14	11	8	9	3	7	3	83
2012	2	7	7	6	10	8	7	4	6	4	1	4	66
2013	4	3	11	9	8	8	4	9	8	15	14	6	99
2014	4	7	8	6	0	2	5	2	4	7	3	5	53
2015	15	16	17	9	11	11	8	9	8	3	4	3	114



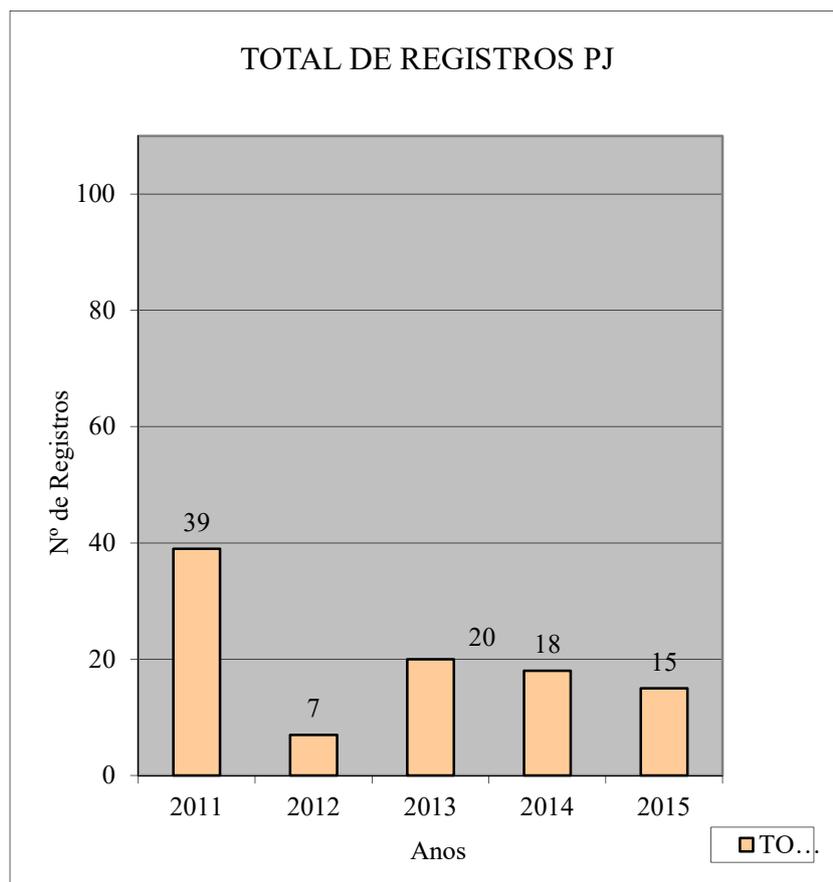
Receita gerada do registro de PF fiscalizadas

ANO	Quantidade de registros atualmente ativos (por ano)	Variação%	Quantidade de registros acumulados	Valor da anuidade vigente	Receita anual	Variação %
2011	77	221	134	R\$ 327,70	R\$ 43.911,80	145
2012	64	17	197	R\$ 350,00	R\$ 68.950,00	57
2013	93	45	290	R\$ 369,53	R\$ 107.163,70	55
2014	49	47	339	R\$ 393,11	R\$ 133.264,29	24
2015	114	133	453	R\$ 418,00	R\$ 189.354,00	42

PESSOA JURÍDICA:

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
2011	1	0	3	1	6	6	8	3	6	1	2	2	39
2012	1	1	0	0	2	1	0	0	0	1	1	0	7
2013	0	0	1	2	3	5	0	0	1	4	2	2	20

2014	2	2	1	1	2	1	1	0	1	2	3	2	18
2015	0	1	3	0	3	2	0	0	1	1	3	1	15



Registro de Empresas: Total 99		
Ano	Receita anual	Varição %
2011	R\$ 39.679,31	440
2012	R\$ 75.555,90	90
2013	R\$ 97.601,33	29
2014	R\$ 128.800,03	32
2015	R\$ 158.429,28	23

Receita gerada do registro de PJ e PF fiscalizadas no ano		
ANO	Receita anual total	Varição %
2011	R\$ 81.518,17	137
2012	R\$ 147.932,16	81
2013	R\$ 204.765,03	38
2014	R\$ 262.064,32	28
2015	R\$ 347.783,28	33

2.3.2.21 – aprimorar o tratamento técnico necessário a condução de processos ético-profissionais: Após a elaboração do Manual para elaboração e acompanhamento dos processos ético-disciplinares, todo o processo tornou-se mais rápido e eficaz. No final do ano de 2015, a Secretaria de Fiscalização possuía somente um processo ético-disciplinar em andamento.

2.3.2.22 – analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, em especial, quanto ao Capítulo VI, item 6.2, da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista: Quanto a Secretaria de Fiscalização vide item 2.3.2.16. Em relação a Secretaria de Registro, este é um trabalho contínuo. Este ano foram encaminhadas ao COFECON sugestões quanto à criação da figura de Suspensão para as pessoas jurídicas que se declaram inativas juntas à Receita Federal, e solicitação de flexibilização da comprovação de óbito dos economistas, pois muitas informações são obtidas através da justiça (declaração dos oficiais de justiça) ou através de informações obtidas nos sites da justiça federal (espólio), porém, devido a rigidez da consolidação, estas informações não podem ser utilizadas para o cancelamento do registro profissional dos Economistas falecidos, o que tem ocasionado um quantitativo que não corresponde à realidade dos quadros do Conselho.

2.3.2.23 – utilizar a oferta de cursos e convênios, além da Biblioteca, como emuladores de processos de fiscalização: A Secretaria de Fiscalização recebeu dois (2) memorandos da Secretaria Executiva, contendo seis (6) nomes de alunos que utilizaram a denominação de economista em contrato de prestação de serviço de formação profissional, mas nenhuma ação da Secretaria resultou em registro no Corecon-RJ.

2.3.3 – Aprimoramento da estrutura administrativa

2.3.3.1 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno: Esta ação foi realizada de modo contínuo durante todo o exercício, através de reuniões individuais com os funcionários, à medida que ocorriam ou se identificavam situações nas quais o atendimento não havia sido satisfatório, seja através de informações prestadas de modo incompleto, ou na demora no atendimento de solicitações, ou mesmo em ações e/ou posturas não condizentes com um atendimento satisfatório.

2.3.3.2 – melhorar a qualidade dos atendimentos não-presenciais: Esta ação foi realizada de modo contínuo durante todo o exercício, através de reuniões individuais com os funcionários, à medida que ocorriam ou se identificavam situações nas quais o atendimento não havia sido satisfatório, seja através de informações prestadas de modo incompleto, ou demora no atendimento de solicitações, através do atendimento telefônico ou através do atendimento via e-mail.

2.3.3.3 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho, manualizar seus procedimentos, sanear seus processos administrativos e arquivar seu passivo documental: A reestruturação da Secretaria se dá de modo contínuo durante o exercício, à medida que são realizadas ações que visem melhorar os seus fluxos internos, de modo que serviços prestados aos economistas e empresas sejam realizados no menor tempo e de maneira satisfatória.

- Os novos procedimentos e/ou ações surgidos no dia-a-dia da Secretaria ainda não foram compilados no formato de manual. Sempre que surgem novos procedimentos e/ou ocorrem melhorias naqueles já vigentes, os mesmos encaminhados aos funcionários do setor, via e-mail, para esclarecimentos e solicitação de cumprimento, sendo que os mesmos são salvos e armazenados, para posterior utilização na confecção do manual.
- Iniciou-se em março de 2015 o trabalho de saneamento geral de todo o acervo dos processos administrativos de Economistas, empresas, e estudantes. O trabalho consiste em colocar o termo de abertura, colocar os autos dos processos em ordem cronológica, paginar os autos dos processos, e trocar de capa, quando necessário. Para a realização desta atividade, cinco funcionários ficam diariamente 1½ hora na biblioteca. O trabalho encontra-se na fase de saneamento dos processos dos Economistas. Segue quadro demonstrativo do saneamento realizado em 2015:

ANO	TOTAL DE PROCESSOS SANEADOS
2015	5.502

- Toda demanda surgida na Secretaria, deve, para o seu atendimento, ser necessariamente acompanhada do respectivo processo administrativo. O atendente, antes de encaminhá-lo ao Secretário para despacho, deve sanear o processo, conforme especificações previamente estabelecidas. Em 2015 foram saneados 1.325 processos administrativos de economistas, e 559 de empresas, apresentado uma variação negativa de 2,33% em relação ao exercício de 2014,



porém, este montante refere-se somente aos processos que transitam na Secretaria de Registro.

ANO	ECONOMISTAS	EMPRESAS	TOTAL	%
2012	875	266	1.141	-
2013	1.494	309	1.803	58
2014	1.397	532	1.929	7
2015	1.325	559	1.884	(2,33)

Relatório do Saneamento do Cadastro de Pessoas Jurídicas Inadimplentes - 2015 Secretaria de Registros – Corecon-RJ

Motivação:

Devido ao elevado percentual de inadimplência das empresas registradas no Corecon-RJ, em situação ativa, o Presidente do Corecon-RJ determinou, no exercício de 2015, a realização, pela Secretaria de Registros, do saneamento do cadastro PJ, de maneira que o cadastro refletisse a real situação das empresas registradas.

Em cumprimento a determinação do presidente do Corecon-RJ, O trabalho de saneamento cadastral foi realizado em três etapas, a saber:

- Saneamento das empresas sem CNPJ e sem outros dados cadastrais.
- Identificação das empresas cujos registros encontram-se baixados junto à Secretaria de Receita Federal do Brasil e/ou demais órgãos competentes.
- Saneamento das empresas inadimplentes, cujos CNPJ's continuam ativos na Secretaria da Receita Federal do Brasil e demais órgãos competentes.

RESULTADOS

I – SANEAMENTO DAS EMPRESAS SEM CNPJ E SEM OUTROS DADOS CADASTRAIS

Do total de empresas inadimplentes, foram identificadas 306 empresas cujos cadastros não apresentavam quaisquer informações quanto ao número do CNPJ, quer por estarem com o campo igual a vazio ou por estarem preenchidos com os seguintes algarismos: 00.000.000/00000-00. Para o tratamento destas empresas, foi criada a seguinte ação:

- Verificar diretamente no processo administrativo a existência do Estatuto ou Contrato Social ou um outro documento que revelasse dados referentes ao número do CNPJ e/ou dados relativos aos sócios (nome, CPF, endereço, telefones, etc). Em caso positivo, os dados identificados deverão ser informados no SISCAF



(Sistema de Controle Administrativo e Financeiro). Em caso negativo quanto à informações obtidas diretamente no processo administrativo, foi realizada uma busca nos demais canais de localização de endereços e dados cadastrais disponíveis (internet, Cofecon, CDL, Procob).

Resultado Consolidado

Total de empresas sem o CNPJ	306
Contratos/estatutos sociais localizados nos processos	290
Outros documentos arquivados com dados cadastrais	235
Atualização do CNPJ no cadastro	14
Atualização de outros dados	98

II - Identificação das empresas cujos registros encontram-se baixados junto à Secretaria de Receita Federal do Brasil e/ou demais órgãos competentes.

Do total de empresas inadimplentes, com CNPJ devidamente cadastrado no SISCAF, levantou-se um total de 708 empresas. Nesta 2ª fase foi realizada uma pesquisa no site da Receita Federal, a fim de que fossem verificadas a situação cadastral destas empresas, com a seguinte ação:

Pesquisar no site da Receita Federal a situação cadastral das empresas, e em caso de se encontrar **qualquer situação diferente de ATIVA**, o comprovante de situação cadastral deverá ser impresso e encaminhado ao Secretário, ao final da execução da tarefa.

Resultado:

Do levantamento realizado nesta segunda fase, constatou-se que 175 empresas possuem, junto à Secretaria da Receita Federal, situação cadastral diferente de ATIVA, e dentre estas, 154 encontram-se já com os CNPJ's baixados, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Empresas inadimplentes	708
Empresas com CNPJ baixado	154
¹ Outras situações cadastrais	21
Empresas Ativas inadimplentes	533

III - Saneamento das empresas inadimplentes, cujos CNPJ's continuam ativos na Secretaria da Receita Federal do Brasil e demais órgãos competentes.

¹ Situações cadastrais diferentes de Ativa e Baixada: Suspensa (6), CNPJ errado (11), Inapta (2), e não existe o CNPJ (2).

A 3ª fase do saneamento envolveu as empresas inadimplentes com cadastro ativo junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, no total de 508 empresas. Foram tomadas as seguintes ações:

- Busca e atualização dos dados cadastrais através dos canais disponíveis (CDL, Cofecon, Procob, internet, etc)
- Verificação, diretamente nos processos administrativos, dos nomes dos sócios e seus respectivos CPF's, e atualização dos dados cadastrais no Siscaf (quadro societário).
- Caso o endereço da empresa estivesse desatualizado e/ou desabilitado, realizou-se pesquisa a fim de localizar os endereços dos sócios majoritários, e após a pesquisa, atualizar o endereço com o endereço dos sócios.

RESULTADO CONSOLIDADO DA 3ª FASE DO SANEAMENTO DE PJ

Endereços atualizados das empresas e/ou dos sócios	349
Contatos telefônicos realizados	186
Atualização do quadro societário	349
Telefones atualizados das empresas e/ou dos sócios	178

2.3.3.4 – aprimorar os procedimentos e a qualidade dos processos e fluxos internos: Neste exercício foram dadas continuidades aos processos e fluxos internos já aprimorados nos exercícios anteriores, não tendo sido planejada e/ou realizada nenhuma ação de melhoria.

2.3.3.5 – criar mecanismo de controle, proativo, sobre a tramitação dos processos judiciais, exercendo fiscalização adequada quanto ao atendimento, por parte da Assessoria Jurídica, das solicitações da justiça: Esta Secretaria de Registros criou um controle onde são registrados, em planilha, todos as intimações recebidas na sede do Conselho, onde são informadas o nome, n.º de processo judicial, e o assunto, e onde podem ser visualizadas todas ações tomadas ou que deixaram de ser tomadas pela Assessoria Jurídica.

2.3.3.6 – analisar a validade dos registros suspensos de pessoas jurídicas, referentes a 64 empresas, e propor os devidos encaminhamentos para cada caso: Esta ação não foi realizada.

2.3.3.7 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-os às normas estabelecidas: Os formulários continuam sendo revisados e atualizados à medida que ocorrem alterações em suas formas e conteúdos determinados pelo regramento legal do COFECON, ou no surgimento de necessidades na Secretaria e/ou no Conselho.

2.3.3.8 – avançar no desenvolvimento de sistema de cadastro, cobrança de anuidades, controle contábil e financeiro, capaz de atender adequadamente as necessidades do Conselho: Atividade em andamento. A empresa contratada, Valora Soluções em Gestão LTDA, está terminando o levantamento de fluxos de processos atualmente existentes no Corecon-RJ.

2.3.3.9 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão: No que compete a Secretaria de Administração e Finanças, a atividade está inserida no item anterior (2.3.3.8).

2.3.3.10 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos: Novos pregões eletrônicos não foram realizados em 2015.

2.3.3.11 – aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados: A capacitação dos funcionários da Biblioteca no ano de 2015 se deu quanto ao estudo do manual do sistema Biblivre, que desde o mês de novembro foi implantado e vem sendo alimentado por todas as funcionárias e pelo estagiário da Biblioteca Eginardo Pires. Na Secretaria de Fiscalização, o novo funcionário recebeu o treinamento básico sobre o funcionamento da Secretaria, sobre a metodologia adotada, e sobre a usabilidade do sistema. Os funcionários mais antigos foram orientados a sempre reverem a legislação, além de proporem novas ideias para o funcionamento da Secretaria.

2.3.3.12 – prosseguir com o processo de digitalização do acervo documental da entidade: Atividade em andamento. Em 2015, foi implantando um novo sistema GED (Gestão Eletrônica de Documentos), instrumento este capaz de fazer todo o gerenciamento de documentos digitalizados no Corecon-RJ. Até dezembro de 2015, foram digitalizadas 103.983 páginas pela empresa Intelidoc Organização de Documentos LTDA.

2.3.3.13 – finalizar a reestruturação do arquivo de registros definindo o tratamento a ser dado aos processos de registros de economistas falecidos para ampliar a capacidade de incorporação de novos processos: Pendente. Foi realizada pesquisa, junto a outros Conselhos, sobre como dão tratamento a esta questão, mas não se obteve resultado significativo.

2.3.3.14 – continuar ordenando e reorganizando o material bibliográfico armazenado, assim como planejar e realizar o inventário anual da Biblioteca, a fim de corrigir possíveis incompatibilidades entre acervo e sistema: Com a mudança de software, esta parte do plano de trabalho está em fase inicial, tendo como previsão de

término meados de 2016, pois além dos itens já existentes no acervo, será necessário catalogar cerca de 500 itens recebidos de doação, entre elas, a doação da Coleção Professor João Paulo de Almeida Magalhães.

No que concerne à Biblioteca, no ano de 2015 tivemos:

Novos usuários cadastrados	Empréstimos entre setores	Empréstimos domiciliares	Consultas locais	Solicitação de pesquisa	Cobrança de material em atraso.
20	15	37	5	3	3

Grande parte dos esforços laborais dentro da Biblioteca/Arquivo se destinam aos processos de registro e fiscalização. Em 2015, o movimento de guarda, empréstimo e consulta refletem na tabela abaixo:

Processos consultados na Biblioteca e guardados	Processos retirados da Biblioteca.	Processos recebidos para guarda	Total
4114	2670	2075	8859

2.3.3.15 – reunir, organizar e difundir, de acordo com as normas bibliográficas adotadas pela Fundação Biblioteca Nacional, o acervo da Biblioteca: Este item converge para o item 2.3.3.14, tendo seu término previsto para meados de 2016. A atividade é realizada à medida que novos itens são recebidos pela Biblioteca.

2.3.3.16 – prosseguir com o trabalho de uniformização dos índices de autor, assunto e editora do acervo da Biblioteca: Está sendo realizado juntamente com as catalogações bibliográficas, que até hoje somam 324 registros no novo sistema (BibliVre).

2.3.3.17 – continuar promovendo a descrição do conteúdo dos documentos, a sinalização das informações e das fontes de cada unidade documental do acervo, de modo a facilitar o acesso, localização, utilização e intercâmbio, e difundir sua existência: Esta ação está atrasada em função dos problemas de desempenho da empresa responsável pela atualização da página na Internet, a qual está sendo substituída.

2.3.3.18 – finalizar o processo de verificação das condições de uso do acervo da Biblioteca convertido de VHS para DVD: O processo foi finalizado, restando migrar de DVD para HD's externos os filmes em bom estado.

2.3.3.19 – continuar promovendo o intercâmbio com outras Bibliotecas possibilitando o acesso a documentos e publicações não existentes em nosso acervo: Quanto ao empréstimo entre Bibliotecas firmamos convênio com a Biblioteca da Escola Superior Nacional de Seguros, com quem foi realizado um empréstimo ao longo do ano.



2.3.3.20 – continuar desenvolvendo os produtos e serviços oferecidos no espaço reservado a Biblioteca na página do Conselho na Internet: Vide ação 2.3.3.17.

2.3.3.21 – continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional desenvolvida em 2010 ao conjunto dos empregados da Autarquia: Atividade adiada para 2016.

2.3.3.22 – criar Ouvidoria em nossa página na Internet sobre a qualidade do atendimento prestado pelo Conselho: A ação não foi realizada por falta de condições técnicas no site do Conselho, e também devido à falta de recursos humanos, uma vez que o responsável pela ouvidoria seria aquele profissional conhecedor dos processos internos, das atividades realizadas pelas Secretarias, e dos aspectos legais que regem a profissão de economista.

2.3.3.23 – realizar pesquisa do nível de satisfação dos economistas e empresas, quanto à qualidade do atendimento na SEREG, buscando identificar os principais problemas referentes à qualidade, tempo do atendimento, bem como, em relação aos folhetos explicativos: Ação não realizada.

2.3.4 – Potencialização da capacidade financeira

2.3.4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes: Em relação à receita corrente, o objetivo proposto para o exercício de 2015 foi o de elevar em 5% as receitas correntes em relação à 2014. O resultado individual aponta um decréscimo nominal de 2,13% sobre a arrecadação das anuidades dos economistas, e de um crescimento nominal aproximado de 14% das pessoas jurídicas, pois voltou-se a cobrar anuidade das empresas com registro secundário. Já o resultado consolidado aponta um crescimento de 0,27% em relação ao exercício de 2014. No que tange ao resultado global proposto, a meta não foi atingida.

Pessoa física

ANO	TOTAL (R\$)	VARIAÇÃO %
2002	1.611.449,02	-
2003	1.529.343,58	(5)
2004	1.493.703,84	(2)
2005	1.636.103,81	10
2006	1.745.262,96	7
2007	2.069.930,61	19
2008	2.136.586,76	3
2009	2.259.687,32	6
2010	2.259.238,86	(0,02)
2011	2.330.193,85	3
2012	2.616.156,26	12,27
2013	2.853.186,75	9,06
2014	3.103.666,08	8,78
2015	3.037.524,70	(2,13)

Pessoa Jurídica

ANO	TOTAL (R\$)	VARIAÇÃO %
2002	274.534,80	-
2003	329.283,82	20
2004	323.705,30	(2)
2005	410.085,18	27
2006	463.521,83	13
2007	470.356,83	1
2008	486.133,71	3
2009	459.661,93	(5)
2010	384.872,72	(16)
2011	415.757,80	8
2012	520.544,20	25,20
2013	541.598,98	4,04
2014	546.040,34	0,82
2015	622.082,30	13,93

Resultado Consolidado

ANO	TOTAL (R\$)	VARIAÇÃO %
2002	1.885.983,82	-
2003	1.858.627,40	(1)
2004	1.817.409,14	(2)
2005	2.046.188,99	13
2006	2.208.784,79	8
2007	2.540.287,44	15
2008	2.622.720,47	3
2009	2.719.349,25	4
2010	2.644.111,58	(3)
2011	2.745.951,65	4
2012	3.136.700,46	14,23
2013	3.394.785,73	8,23
2014	3.649.706,42	7,51
2015	3.659.607,00	0,27

2.3.4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário:

Foram adotadas as seguintes ações para a recuperação dos créditos tributário:

- 1) Para os débitos em aberto, dentro do prazo prescricional, o Corecon-RJ, através da Secretaria de Registros, emitiu duas Recobranças que são realizadas através de boletos bancários encaminhados aos economistas e empresas. A primeira objetivou a recuperação dos créditos da anuidade 2015, de economistas e empresas ativas, e a segunda a recuperação de todos os débitos não alcançados pelo instituto da prescrição, de todos as pessoas físicas e jurídicas, ativas ou não. Segue o resultado financeiro alcançado:

Recobrança Pessoa Física	Data de vencimento	Valor recebido
462	30/06/2015	129.631,13
213	30/11/2015	117.235,98
Total		246.867,11

Recobrança Pessoa Jurídica	Data de vencimento	Valor recebido
28	30/06/2015	33.669,61
20	30/11/2015	36.941,89
Total		70.611,50

RESULTADO CONSOLIDADO

RECOBRANÇA	TOTAL	VALOR
Economistas	675	R\$ 246.867,11
Empresas	48	R\$ 70.611,50
TOTAL	723	R\$ 317.478,61

- 2) Para a cobrança dos débitos dos últimos 5 (cinco) exercícios, utilizam-se os procedimentos legais previstos na Lei de execução Fiscal n.º 6.830/80 e da Política para Tratamento da Inadimplência, vigente há vários anos na Autarquia, que culminam com a inscrição dos débitos na Dívida Ativa da Fazenda Nacional, e na conseqüente cobrança via Justiça Federal. Segue quadro demonstrativo consolidado da Dívida Ativa no exercício de 2015. Em 2015 não houve inscrição de débitos na Dívida Ativa, devido ao acatamento de novo prazo para a inscrição dos débitos, que é o dia 31/03, considerando o prazo prescricional dos débitos.

CONSOLIDAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DÍVIDA ATIVA - FASE ADMINISTRATIVA		
PESSOA FÍSICA	QTDE	VALOR R\$
Saldo em 31/12/2014	1.989	4.307.847,64
Inscrição - Lançamentos	-	-
Baixas por recebimento	(45)	(46.252,27)
Baixas por cancelamento da Inscrição	(26)	(40.197,76)
Saldo em 31/12/2015	1.918	4.221.397,61
PESSOA JURÍDICA	QTDE	VALOR R\$
Saldo em 31/12/2014	210	447.835,09
Inscrição - Lançamentos	-	-
Baixas por recebimento	(4)	(15.246,56)
Baixas por cancelamento da Inscrição	(43)	(134.807,09)
Saldo em 31/12/2015	163	297.781,44
CONSOLIDADO FASE ADMINISTRATIVA (PF + PJ)	QTDE	VALOR R\$
Saldo em 31/12/2014	2.199	4.755.682,73
Inscrição - Lançamentos	-	-
Baixas por recebimento	(49)	(61.498,83)
Baixas por cancelamento da Inscrição	(69)	(175.004,85)
Saldo em 31/12/2015	2.081	4.519.179,05

DÍVIDA ATIVA - FASE EXECUTIVA		
PESSOA FÍSICA	QTDE	VALOR R\$
Saldo em 31/12/2014	3.458	6.758.984,66
Inscrição - Lançamentos	-	-
Baixas por recebimento	(122)	(207.504,39)
Baixas por cancelamento da Inscrição	(56)	(120.563,95)
Saldo em 31/12/2015	3.280	6.430.916,32
PESSOA JURÍDICA	QTDE	VALOR R\$
Saldo em 31/12/2014	1.045	5.767.484,76
Inscrição - Lançamentos	-	-
Baixas por recebimento	(26)	(155.057,42)
Baixas por cancelamento da Inscrição	(19)	(83.255,04)
Saldo em 31/12/2015	1.000	5.529.172,30
CONSOLIDADO FASE EXECUTIVA (PF + PJ)	QTDE	VALOR R\$
Saldo em 31/12/2014	4.503	12.526.469,42
Inscrição - Lançamentos	-	-
Baixas por recebimento	(148)	(362.561,81)
Baixas por cancelamento da Inscrição	(75)	(203.818,99)
Saldo em 31/12/2015	4.280	11.960.088,62
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA (ADM+EXEC) (PF + PJ)	6.361	16.479.267,67

2.3.4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa de anuidades de exercícios findos: O objetivo proposto foi o de elevar em 10% o montante de recebimento das anuidades vencidas através da cobrança administrativa e execução fiscal. Como pode ser verificada nos quadros demonstrativos, a meta não foi alcançada, tendo sido observado queda no resultado consolidado de 25,30%.

Fase Administrativa
Pessoa Física

ANO	RECEITA	VARIAÇÃO %
2008	218.210,90	-
2009	-	-
2010	-	-
2011	-	-
2012	315.577,27	-
2013	320.248,94	1,48
2014	346.964,58	8,34
2015	46.252,17	-86,67

Fase Executiva
Pessoa Física

ANO	RECEITA	VARIAÇÃO %
2008	294.903,54	-
2009	-	-
2010	-	-
2011	-	-
2012	136.357,84	-
2013	154.083,40	13
2014	115.709,10	-24,9
2015	207.504,39	79,33

Fase Administrativa
Pessoa Jurídica

ANO	RECEITA	VARIAÇÃO %
2008	112.188,85	-
2009	-	-
2010	-	-
2011	-	-
2012	13.643,93	-
2013	3.135,85	-77
2014	27.909,11	790
2015	15.246,56	-45,37

Fase Executiva
Pessoa Jurídica

ANO	RECEITA	VARIAÇÃO %
2008	55.839,81	-
2009	-	-
2010	-	-
2011	-	-
2012	68.441,23	-
2013	60.874,77	-11
2014	77.137,17	27
2015	155.057,42	101,02

Arrecadação Consolidada

ANO	RECEITA	VARIAÇÃO %
2005	258.133,45	-
2006	837.265,53	224
2007	626.566,77	-25
2008	681.143,10	9
2009	643.210,64	-6
2010	684.278,47	6
2011	767.297,24	12
2012	534.020,27	-30,4
2013	538.342,96	0,8
2014	567.719,96	5,46
2015	424.060,54	-25,3

2.3.4.4 – prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas: A Secretaria de Fiscalização realizou dezessete (17) atualizações de cadastros de pessoas físicas, sendo doze (12) provenientes de recuperação de créditos, duas (2) de informações obtidas nas empresas e três (3) obtidas através de pesquisas. Foram quinze (15) atualizações de cadastros de pessoas jurídicas, sendo seis (6) provenientes de recuperação de créditos, uma (1) através de pesquisa na Receita Federal, duas (2) obtidas através de informações obtidas na empresa, e quatro (4) delas através de pesquisas na internet, a saber:

ATUALIZAÇÃO CADASTRAL – RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS:

Pessoas Físicas			Pessoas Jurídicas			Consolidado		
ANO	TOTAL	VAR.%	ANO	TOTAL	VAR.%	ANO	TOTAL	VAR.%
2007	118	-	2007	7	-	2007	125	-
2008	26	78	2008	45	543	2008	71	43
2009	11	58	2009	20	56	2009	31	56
2010	0	100	2010	0	100	2010	0	100
2011	59	100	2011	7	100	2011	66	100
2012	0	100	2012	0	100	2012	0	100
2013	27	100	2013	9	100	2013	36	100
2014	13	52	2014	3	67	2014	16	56
2015	12	8	2015	6	100	2015	18	13

ATUALIZAÇÕES CADASTRAIS – NÃO ORIUNDAS DA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS:

Nome do profissional	Registro	Fonte	Data da atualização	O que foi atualizado?
Marina Fontoura Azambuja	24.412	Ata da empresa	29/01/2015	Alteração do nome (Anteriormente: Marina da Correa Fontoura)
Eliane Aleixo Lustosa de Andrade	23.304	Processo Judicial	24/02/2015	Alteração do nome (Anteriormente: Eliane Aleixo Lustosa Thompson Flores)
Djair Fernandes Santos	12.952	SESC	09/03/2015	Endereço Residencial
Sergio Pantoja Leite	9.423	SESC	09/03/2015	Endereço Residencial
Vitor Ribeiro Vieira	23.486	DOERJ	15/07/2015	Endereço Comercial

Total de atualizações PF					
Receita Federal	PROCOB	Jornais	SISCAFW	Informações fornecidas pelas empresas	Outros
0	0	0	0	2	3

Razão Social	Registro	Fonte	Data da atualização	O que foi atualizado?
Ativa Investimentos S.A. Corretora de Tít. Câmbio e Val.	01480-8	Ação de Atualização cadastral implementada em 2014 - Enviado o Contrato Social atualizado da empresa	06/01/2015	Capital Social e listagem dos profissionais Bacharéis em Ciências Econômicas
STK Capital	3338	Site da empresa	14/01/2015	Endereço
Avale Avaliações Patrimoniais	2014	Ação de Atualização cadastral implementada em 2014 - Enviado o Contrato Social atualizado da empresa	26/01/2015	Capital Social
AC&R CONSULTORIA ECONÔMICA	3242	Ação de Atualização cadastral implementada em 2014 - Enviado o Contrato Social atualizado da empresa	26/01/2015	Capital Social e nome da empresa
ARAJUBA S.A.	42	INTERNET	12/02/2015	CNPJ
Fagundes Consultoria Econômica	3237	INTERNET	05/05/2015	Consta como Extinção na Receita Federal

Macroinvest Gestão de Recursos LTDA	3031	Receita Federal	22/05/2015	Capital Social
Adinvest Consultoria e Administração de Investimentos	1972	Internet	16/10/2015	Nome (Americas Asset Consultoria e Gestão de Investimentos LTDA) e endereço

Total de atualizações PJ						
Receita Federal	PROCOB	Jornais	Economista responsável	SISCAFW	Contrato Social	Outros
1	0	0	0	0	3	4

Pela Secretaria de Registro foram atualizados 2.036 endereços e dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, por meio de consultas aos cadastros da Receita Federal, da Procob - Soluções em Informática, CDL – Clube de Diretores Lojistas do RJ, telefone, Internet, e informações prestadas pelos próprios registrados. Verifica-se que em 2015 houve uma ligeira queda em relação a 2014, referente à localização e atualização de dados de economistas, e um ligeiro aumento na localização e atualização de dados das empresas. Segue quadro demonstrativo:

ANO	PESSOAS FÍSICAS	VARIAÇÃO %	PESSOAS JURÍDICAS	VARIAÇÃO %
2005	4.141	-	1.011	-
2006	3.948	-5	257	-75
2007	4.045	2	436	70
2008	3.298	-18	353	-19
2009	2.808	-15	406	15
2010	1.720	-39	433	7
2011	1.443	-16	191	-56
2012	1.799	24	267	40
2013	1.687	-6	264	-1
2014	1.848	9,54	492	86,36
2015	1.480	-19,91	556	13,01

2.3.4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização: Quanto à reavaliação propriamente dita, não foram tomadas, neste exercício, ações concretas que tenham resultado em procedimentos de encaminhamento à Secretaria de Fiscalização. Porém, quando da formalização do pedido de cancelamento por parte das Pessoas Jurídicas, esta Secretaria tem sido rigorosa, de modo a evitar que empresas que não cumpram as exigências estabelecidas no Art. 10, da Resolução n.º 1.880/12, tenham os seus pedidos deferidos.

2.3.4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional: Foram efetuados 844 recadastramentos, representando um aumento de 303,83% em relação ao exercício anterior. A explicação do expressivo aumento se deve à data de vencimento das carteiras confeccionadas em 2010, cuja validade expirou em 2015.

ANO	PESSOAS FÍSICAS	VARIAÇÃO %
2009	90	-
2010	2.603	2.792
2011	848	(67)
2012	497	(41)
2013	244	(51)
2014	209	(14)
2015	844	303,83

2.3.4.7 – intensificar a política de aplicação das reservas financeiras em letras do tesouro nacional: Atualmente, o Corecon-RJ possui R\$ 1.132.319,22 aplicados em LTN, cuja rentabilidade em relação ao valor aplicado é de 13,22%. Novas aplicações em LTN serão realizadas em 2016.

2.3.4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las:

Biblioteca: Manter as práticas adotadas no ano de 2015: utilização de copos de vidro pelos funcionários, a fim de economizar os copos descartáveis; manter alguns aparelhos desligados quando não estiverem em uso; utilizar folhas de rascunhos e imprimir em frente e verso quando possível são algumas possibilidades para a redução de despesa.

Secretaria de Fiscalização: A Secretaria de Fiscalização, além de imprimir seus documentos na função frente e verso, evitando desperdício de papel, adotou o procedimento de digitalizar os processos administrativos, ao invés de enviar as cópias dos mesmos, para a Assessoria Jurídica, gerando ainda mais redução de despesas da Secretaria.

Secretaria de Cursos: Manutenção da divulgação online dos cursos: site; e-mails de cadastro da Secretaria de Cursos; facebook do Corecon-RJ e de grupos de estudantes de economia. Poucos cartazes impressos externamente.

Secretaria de Administração e Finanças: Atividade realizada constantemente. A Secretaria de Administração e Finanças, responsável por todas as compras do Corecon-RJ, busca sempre os melhores preços e condições para a instituição. As despesas com material de expediente, por exemplo, reduziram cerca de 12% em relação a 2014.

Secretaria de Registro: É um trabalho contínuo. Este ano, o uso da impressora colorida na Secretaria de Registro foi direcionado somente aos documentos da Plenária ou para documentos como propósitos específicos. As luminárias da Secretaria de Registro só são acesas no início do expediente, e tão logo o expediente se encerra, elas são apagadas, bem

como os aparelhos de ar condicionado. Os funcionários são orientados a utilizarem os ramais telefônicos somente para atendimento aos economistas. Sempre que possível, a Secretaria de Registro tem utilizado o e-mail para a solicitação de documentos aos Economistas, evitando assim os custos de envio de correspondência através dos Correios.

2.3.5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

2.3.5.1 – apoiar o movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil: Esta foi uma das tônicas do Jornal dos Economistas durante todo o ano.

2.3.5.2 – realizar seminários sobre a economia regional: Ação realizada com a promoção do V Encontro de Economia da Região Sudeste descrito no item 2.3.1.1.

2.3.5.3 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico: Ação não realizada.

2.3.5.4 – ampliar a capilaridade do CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento: Ação não realizada.

2.3.5.5 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do CED: Ação não realizada.

2.3.5.6 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares: A Secretaria de Fiscalização não teve condições de disponibilizar mão de obra para visitas presenciais a estas Instituições.

2.3.5.7 – instituir núcleo de apoio à pesquisa na Biblioteca: Tarefa pendente, pois houve demanda.

2.3.5.8 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica: Participamos apoiando financeira e institucionalmente os seguintes eventos:

- 1 – Marx e o Marxismo 2015
- 2 – XXI Congresso Brasileiro de Economia
- 3 – XXX Congresso da Associação de Cursos de Graduação em Economia

2.3.5.9 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações,



promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas pertençam ao campo da ciência econômica: Participamos com apoio financeiro da edição do livro “O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios” organizado pelo Centro Celso Furtado.

2.3.5.10 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos priorizando, em relação a estes últimos, as regiões e bairros onde haja maior concentração de economistas: ação em constante andamento ressaltando que no último ano encontramos dificuldades em pactuar convênios que ofereçam, pelo menos, 10% de desconto. A alegação é que devido à crise econômica as empresas já estão trabalhando com valores bem reduzidos.

2.3.5.11 – criar nova página do Conselho na Internet: A ação ainda está em andamento.

2.3.5.12 – contribuir na organização e viabilização do XXI Congresso Brasileiro de Economia: O Corecon-RJ além de contribuir com a definição de temas que foram discutidos no evento, apoiou financeiramente o CORECON-PR que o sediou.

2.4 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho:

Além dos indicadores específicos de resultados lançados nas tabelas acima, destacamos: **1)** a existência de reservas financeiras suficientes para honrar os compromissos da Autarquia até março de 2017, levando em consideração a despesa mensal média verificada em 2015; **2)** a reestruturação das Secretarias de Registro e de Fiscalização que permitiram potencializar e aprimorar suas respectivas capacidades operacionais, buscando obter saldo positivo entre o número de desligamentos e de novos registros; **3)** perseverança na aplicação da Política para Tratamento da Inadimplência, objetivando o recebimento de anuidades de exercícios anteriores; **4)** continuidade dos esforços para atualização do cadastro de pessoas físicas e jurídicas; **5)** superávit financeiro; **6)** controle das despesas balizado pelo volume da receita arrecadada.

Apesar destas conquistas é importante registrar, pois a compreensão sobre as razões dessas decisões tem impacto significativo sobre o futuro das autarquias de fiscalização do exercício profissional, as ações institucionais levadas a cabo pelos poderes executivos, legislativos e judiciários, em desfavor das estruturas de fiscalização profissional. Aqui cabe destacar, especialmente, as decisões dos juízes de primeira instância que vem proferindo sentenças submetendo a relação trabalhista, entre os conselhos de fiscalização profissional e seus empregados, ao Regime Jurídico Único, sem que esteja claro quem arcará com os respectivos custos envolvidos, os quais essas autarquias especiais não têm como suportar. Aos encarregados da realização de concursos públicos nos governos federal, estaduais, municipais e em empresas públicas, que os tem promovido ao arripio das leis que regulamentam as profissões, denominando, não só economistas, mas também profissionais de várias outras formações de "analistas", "técnicos" e que tais.



2.5 – Desempenho Orçamentário:

2.5.1 – Informações sobre a Realização das Receitas:

O total arrecadado no ano foi de R\$5.568.383,14. Deste montante, R\$3.995.311,82 (72%) estão classificados como Receita de Contribuições (Anuidades); R\$592.957,81 (11%) são referentes à Receita Patrimonial (Rendimentos da Caderneta de Poupança); R\$120.596,38 (2%) são referentes à Receitas de Serviços (Rendas de Emolumentos com Expedição de Certidões e Carteiras); R\$859.517,13 (15%) são referentes à Outras Receitas Correntes, que engloba Receita da Dívida Ativa e Receitas Diversas (Multas sobre o Exercício Ilegal da Profissão, Receita de Dívida Ativa, Receitas de Cursos, Atualização Monetária s/ Anuidades, etc...). Comparando o resultado com o exercício anterior, a receita total aumentou cerca de 10,2%. Em termos reais, levando em consideração a inflação do período, a receita diminuiu cerca de 0,98%.

RECEITA		
Classificação	2014	2015
Receitas Correntes	R\$ 5.053.775,78	R\$ 5.568.383,14
Receita de Contribuições	R\$ 3.683.907,51	R\$ 3.995.311,82
Receita Patrimonial	R\$ 444.118,78	R\$ 592.957,81
Receita de Serviços	R\$ 70.463,21	R\$ 120.596,38
Outras Receitas Correntes	R\$ 855.286,28	R\$ 859.517,13
Multa sobre o Exercício Ilegal da Profissão	R\$ 25.415,31	R\$ 43.429,33
Receita de Dívida Ativa	R\$ 565.387,61	R\$ 416.094,57
Receitas Diversas	R\$ 264.483,36	R\$ 399.993,23
Receita de Capital	0	0
Total de Receitas	R\$ 5.053.775,78	R\$ 5.568.383,14

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA
(JANEIRO A DEZEMBRO)

EXERCÍCIO DE 2015		VALORES EM R\$ 1,00			
ELEMENTO	ORÇAMENTO DO ANO	ARRECADADO NO ANO	DIFERENÇA		
			PARA +	PARA -	
RECEITAS CORRENTES					
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES					
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.993.000,00	3.995.311,82	-	(2.311,82)	
SUB-SOMA	3.993.000,00	3.995.311,82	-	(2.311,82)	
RECEITAS PATRIMONIAIS					
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	653.000,00	592.957,81	-	60.042,19	
SUB-SOMA	653.000,00	592.957,81	-	60.042,19	
RECEITAS DE SERVIÇOS					
RENDAS DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	139.000,00	120.596,38	-	18.403,62	
SUB-SOMA	139.000,00	120.596,38	-	18.403,62	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.000,00	-	-	3.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.000,00	-	-	3.000,00	
SUB-SOMA	6.000,00	-	-	6.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES					
MULTAS E JUROS DE MORA	50.000,00	43.429,33	-	6.570,67	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	381.000,00	416.094,57	-	(35.094,57)	
RECEITAS DIVERSAS	349.000,00	399.993,23	-	(50.993,23)	
SUB-SOMA	780.000,00	859.517,13	-	(79.517,13)	
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	5.571.000,00	5.568.383,14	-	2.616,86	
RECEITAS DE CAPITAL					
ALIENAÇÃO DE BENS					
ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	2.000,00	-	-	2.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-	-	-	-	
SUB-SOMA	2.000,00	-	-	2.000,00	
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00	-	-	2.000,00	
TOTAL GERAL	5.573.000,00	5.568.383,14	-	4.616,86	
Crédito Adicional - Lei 4320/64-Art. 43, § 1º, Inc. I	970.000	-	-	970.000,00	
TOTAL (APÓS CRÉDITO ADICIONAL)	6.543.000,00	5.568.383,14	-	974.616,86	



2.5.2 – Informações sobre a Execução das Despesas:

O total de despesas em 2015 foi de R\$5.089.115,15, sendo que as Despesas de Pessoal (Salários e Vantagens, Diárias e Obrigações Patronais) somaram R\$2.328.778,76 (46%); as Despesas de Material de Consumo (Artigos de Expediente e Outros) somaram R\$40.377,00 (1%); as Despesas com Serviços de Terceiros e Encargos (Remuneração de Pessoal e Encargos, Despesas Bancárias, Serviços de Comunicação em Geral, etc...) somaram R\$1.686.058,35 (33%); as Transferências Correntes (Cota-Parte do Cofecon e Pasep) somaram R\$985.434,45 (19%); e as Despesas de Capital (Obras e Instalações, Mobiliário, etc...) somaram R\$48.466,59 (1%). A despesa total acumulada aumentou em relação ao exercício anterior em cerca de 13,2%. Em termos reais, levando em consideração a inflação do período, a despesa aumentou cerca de 1,79%.

DESPESA		
Classificação	2014	2015
Despesas Correntes	R\$ 4.446.848,19	R\$ 5.040.648,56
Despesas de Pessoal	R\$ 2.089.322,90	R\$ 2.328.778,76
Material de Consumo	R\$ 46.020,88	R\$ 40.377,00
Serviços de Terceiros e Encargos	R\$ 1.387.368,64	R\$ 1.686.058,35
Transferências Correntes	R\$ 924.135,77	R\$ 985.434,45
Despesas de Capital	R\$ 46.238,89	R\$ 48.466,59
Total de Despesas	R\$ 4.493.087,08	R\$ 5.089.115,15

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
(JANEIRO A DEZEMBRO)

EXERCÍCIO DE 2015

VALORES EM R\$ 1,00

DESPESA	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	
			PARA +	PARA -
DESPESAS CORRENTES				
DESPESAS DE CUSTEIO				
PESSOAL	3.366.000,00	2.328.778,76	-	1.037.221,24
MATERIAL DE CONSUMO	66.000,00	40.377,00	-	25.623,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	2.030.000,00	1.686.058,35	-	343.941,65
DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	4.000,00	-	-	4.000,00
SUB-SOMA	5.466.000,00	4.055.214,11	-	1.410.785,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	950.000,00	971.181,85	-	(21.181,85)
CONTRIBUIÇÃO PARA O PASEP	15.000,00	14.252,60	-	747,40
DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.000,00	-	-	2.000,00
SUB-SOMA	967.000,00	985.434,45	-	(18.434,45)
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES				
	6.433.000,00	5.040.648,56	-	1.392.351,44
DESPESAS DE CAPITAL				
INVESTIMENTOS				
OBRAS E INSTALAÇÕES	30.000,00	16.420,00	-	13.580,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	80.000,00	32.046,59	-	47.953,41
SUB-SOMA	110.000,00	48.466,59	-	61.533,41
INVERSÕES FINANCEIRAS				
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	-	-	-	-
SUB-SOMA	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL				
	110.000,00	48.466,59	-	61.533,41
TOTAL GERAL				
	6.543.000,00	5.089.115,15	-	1.453.884,85

2.5.3 - Execução das despesas por modalidade de licitação, por natureza e por elementos de despesa:

VENCIMENTO	NOME	Nº PROCESSO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	SERVIÇO PRESTADO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
05/02/2016	UNIMED	002/13	Tomada de Preço	Plano de Saúde e Odontológico para empregados e dependentes	R\$15.200,00	R\$ -
16/02/2016	VALORA SOLUÇÕES EM GESTÃO	482/14	Tomada de Preço	Mapeamento e redesenho de fluxos de processos (valor total de contrato)	R\$ -	R\$77.900,00
27/02/2016	INTELIDOC ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS (**)	252/14	Tomada de Preço	Tratamento arquivístico e digitalização de documentos. (valor total do contrato)	R\$ -	R\$ 210.240,00
27/02/2016	SESIN BRASIL LTDA	252/14	Tomada de Preço	Fornecimento e implantação de GED - Gestão Eletrônica de Documentos. (valor da manutenção anual)	R\$ -	R\$ 5.000,00
28/02/2016	RIOTRON SERVIÇO E ASS. TÉCNICA	462/11	Dispensa de licitação	Aluguel de copiadora multifuncional	R\$ 712,52	R\$ -
28/02/2016	PRIMAVIDA ODONTOLOGIA DE GRUPO LTDA (**)	24/13	Tomada de Preço	Plano odontológico para os empregados e seus dependentes	R\$ 426,24	R\$ -
29/02/2016	ÁGGORA SOLUÇÕES LTDA	719/13	Tomada de Preço	Manutenção da página do Corecon-RJ na internet	R\$ 1.382,29	R\$ -
05/03/2016	MCP - ADVOGADOS E CONTULTORES	552/13	Tomada de Preço	Assessoria Jurídica	R\$ 8.250,00	R\$ -
26/03/2016	PARCEIRA SERVIÇOS	53/2014	Tomada de Preço	Contratação de mão-de-obra temporária	variável	R\$ -

	TEMPORÁRIOS LTDA					
05/05/2016	TRANSPACIFIC (***)	198/10	Dispensa de licitação	Emissão de passagens aéreas	R\$ 2.000,00	R\$ -
31/05/2016	SANTA CASA CARD (**)	113/08	Tomada de Preço	Auxílio Funeral para os empregados do Corecon-RJ e seus dependentes	R\$ 119,07	R\$ -
16/06/2016	PROCOB SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA (**)	86/09	Dispensa de licitação	Assinatura de site de busca para as Secretarias de Registro e Fiscalização	R\$ 60,52	R\$ -
28/06/2016	NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA	213/13	Tomada de Preço	Assessoria de Informática	R\$ 8.152,93	R\$ -
01/07/2016	EDIURO GRÁFICA E EDITORA LTDA	230/13	Tomada de Preço	Serviço de impressão do Jornal dos Economistas	R\$ 5.415,23	R\$ -
06/07/2016	HOSTNET (**)	047/05	Dispensa de licitação	Hospedagem da página do Corecon-RJ na internet e contas de email	R\$ 141,00	R\$ -
05/08/2016	SODEXHO PASS (**)	144/12	Tomada de Preço	Fornecimento de Vale Alimentação e Refeição	R\$ 16.600,00	R\$ -
27/08/2016	CDL RIO	341/12	Dispensa de licitação	Assinatura de site de busca para as Secretarias de Registro e Fiscalização	R\$ 65,00	R\$ -
01/09/2016	MANAGER AUD. CONS. E CONTABILIDADE	260/14	Tomada de Preço	Assessoria de Contabilidade	R\$ 4.472,20	R\$ -
15/09/2016	ALTERDATA TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO	596/13	Dispensa de licitação	Manutenção do software da folha de pagamento	R\$ 286,36	R\$ -
03/11/2016	LOREDANO CÁSSIO SILVA FILHO	425/14	Dispensa de licitação	Charges e ilustrações para o Jornal dos Economistas	R\$ 1.109,00	R\$ -

03/11/2016	GVT - GLOBAL VILLAGE TELECOM	026/04	Dispensa de licitação	Serviço de acesso a Internet - Banda larga	R\$ 153,40	R\$ -
15/12/2016	QUIMICLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	426/15	Tomada de Preço	Manutenção mensal dos aparelhos de ar-condicionado	R\$ 1.500,00	R\$ -
31/12/2016	DIAGRAMA COMUNICAÇÕES LTDA	696/13	Tomada de Preço	Edição e Diagramação do Jornal dos Economistas	R\$ 5.797,35	R\$ -
Até encerramento do processo	HUMBERTO JANSEN MACHADO	007/98	Carta-convite	Assessoria Jurídica referente ao processo trabalhista movido pelo ex-empregado Walter Tauil	R\$ 3.689,63	R\$ -

(**) Estimativa. Valor pode variar em função da quantidade

(***) Média mensal de 2015

2.5.4 – Transferência de Recursos:

Informações sobre Transferências							
Modalidade	Nº do Processo	Beneficiário	Valores Pactuados	Valores Repassados	Vigência		Situação
			Global	No exercício	Início	Fim	
Convênio	001-A/01	ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS-AEPET	R\$ 17.100,00	R\$ 17.100,00	2001	2016	Vigente
Convênio	205/15	CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	2015	2015	Encerrado
Convênio	284/15	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	2015	2015	Encerrado
Convênio	231/15	CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 6ª REGIÃO/PARANÁ	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	2015	2015	Encerrado

Convênio	204/15	NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MARX E O MARXISMO	R\$ 15.722,00	R\$ 15.722,00	2015	2015	Encerrado
Convênio	219/13	INSTITUTO MAIS DEMOCRACIA - IMD	R\$ 12.000,00	R\$ 4.000,00	2013	2016	Vigente

- ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS - AEPET: Patrocínio mensal do programa de rádio “Faixa Livre” transmitido pela Rádio Livre (1440 AM – Rio de Janeiro). Valor mensal: R\$1.300,00. Contribuição 13º salário: R\$1.500,00 (cota única);
- CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO: Apoio institucional para edição do livro "O Atraso Econômico em Perspectiva Histórica e Outros Ensaios". Valor repassado: R\$8.000,00;
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CUROS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS - ANGE: Apoio institucional para a realização do XXX Congresso da ANGE. Valor repassado: R\$15.000,00;
- CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 6ª REGIÃO/PARANÁ: Apoio Institucional para a realização do XXI Congresso Brasileiro de Economia. Valor repassado: R\$50.000,00;
- NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MARX E O MARXISMO: Apoio institucional para a realização do “Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente”. Valor repassado: R\$15.722,00;
- INSTITUTO MAIS DEMOCRACIA – IMD: Apoio institucional para pesquisa “Estado e Grupos Econômicos no Brasil”. Convênio prevê entrega de artigos que serão veiculados no website do Corecon-RJ e no Jornal dos Economistas. Os valores são repassados após o recebimento de cada artigo – R\$1.000,00.

2.6 – Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos:

O monitoramento das ações é feito de forma contínua, através do acompanhamento e do cumprimento das atividades previstas no Plano de Trabalho, elaborado anualmente. Ao final de cada exercício é elaborada a Prestação de Contas, considerando todas as informações quantitativas e qualitativas que cada secretaria ou setor produziu durante o ano.

2.7 - Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

ARRECADAÇÃO EFETIVA (R\$)		
Período de Competência da Multa Aplicada	Valores efetivamente arrecadados	
	Exercícios	
	2015	2014
2015	26.716,43	-
2014	5.629,87	24.297,06
Total	32.346,30	24.297,06

Multas Aplicadas		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)										Validação					
						Suspensas Administrativamente (*)		Multas não inscritas no CADIN (**)		Multas com Risco de Prescrição Executória (***)		Outras (****)		Total das Multas Exigíveis e Definitivamente				Demais Situações (*****)		Multas Aplicadas por Período Competência	
						Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios				Exercícios		Exercícios	
Período de Competência	Quantidade	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014		
2015	319	29	-	40	-	0	-	0	-	0	-	6	-	6	-	244	-	319	-		
2014	144	7	28	29	7	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0	70	109	144	144		
Total	463	36	28	69	7	0	0	0	0	0	0	9	0	9	0	314	109	-	-		
Validação do Estoque de Multas		463	144																		

Observações da Secretaria de Fiscalização do Corecon-RJ:

(*) Suspensas administrativamente: não existe suspensão administrativa, somente judicial.

(**) Multas não inscritas no Cadin: não se aplica.

(***) Multas com risco de prescrição executória: como estamos tratando apenas dos anos 2014 e 2015, não há o que se falar em prescrição.

(****) Outras: Utilizamos os dados das multas não pagas que estão com antecipação de tutela.

(***** Demais situações: foi colocada a diferença entre o total aplicado e o que foi cancelado/arrecadado/antecipação de tutela. Em tese, são as multas ainda em andamento e exigíveis.

Multas Aplicadas		Descontos		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)						Validação	
								Suspensas Administrativamente		Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações		Multas Aplicadas por Período de Competência	
								Exercícios		Exercícios		Exercícios			
Período de Competência	Valores	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
2015	467.866,19	0,00	-	26.132,45	-	45.326,48	-	0,00	-	19.854,33	-	376.552,93	-	467.866,19	-
2014	103.893,80	0,00	0,00	4.756,14	24.232,48	23.883,46	4.655,28	0,00	0,00	11.624,19	0,00	34.742,25	75.006,04	103.893,80	103.893,80
Total	571.759,99	0,00	0,00	30.888,59	24.232,48	69.209,94	4.655,28	0,00	0,00	31.478,52	0,00	411.295,18	75.006,04	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas				571.759,99	103.893,80										

Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2013-TCU-Plenário					
Subitem do Acórdão	Unid.	Multas	Fórm.	2015	2014
9.6.1 Número absoluto e percentual de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no Cadin.	Qtde	Não inscritas no Cadin	a	0	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	9	0
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	#DIV/0!
9.6.2 Número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que (...) sofram maiores riscos de prescrição.	Qtde	Risco de Prescrição Executória	a	0	0
	Qtde	Exigíveis e Definitivamente Constituídas	b	9	0
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	#DIV/0!
9.6.3 Quantidade de multas canceladas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de cancelamento em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Canceladas	a	69	7
	Qtde	Aplicadas	b	463	144
	%	Físico	a/b x 100	14,90%	4,86%
	R\$	Canceladas	c	69.209,94	4.655,28
	R\$	Aplicadas	d	571.759,99	103.893,80
%	Financeiro	c/d x 100	12,10%	4,48%	
9.6.3 Quantidade de multas suspensas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Suspensas	a	0	0
	Qtde	Aplicadas	b	463	144
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	0,00%
	R\$	Suspensas	c	0,00	0,00
	R\$	Aplicadas	d	571.759,99	103.893,80
%	Financeiro	c/d x 100	0,00%	0,00%	
9.6.4 Percentuais de recolhimento de multas (em valores e em número de multas recolhidas)	Qtde	Arrecadadas	a	36	28
	Qtde	Aplicadas	b	463	144
	%	Físico	a/b x 100	7,78%	19,44%
	R\$	Arrecadadas	c	30.888,59	24.232,48
	R\$	Aplicadas	d	571.759,99	103.893,80
%	Financeiro	c/d x 100	5,40%	23,32%	



3 – Governança

3.1 – Descrição das Estruturas da Governança:

3.1.1 – Foram formadas doze comissões de trabalho, criadas pelo Plenário, compostas pelos seguintes conselheiros não remunerados:

3.1.1.1 – Alienação de bens – Responsável pelo análise e descarte dos bens patrimoniais

Conselheiro Gilberto Caputo Santos

3.1.1.2 – Análise do acervo da Biblioteca – Responsável pelas aquisições novos títulos e alienações da Biblioteca Eginardo Pires

Conselheiro João Paulo de Almeida Magalhães

Conselheiro Gilberto Caputo Santos

3.1.1.3 – Avaliação de materiais de divulgação do Conselho e do Centro de Estudos para o Desenvolvimento – Comissão responsável pela análise e aprovação de materiais de divulgação das atividades desenvolvidas pelo Corecon-RJ e CED

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha

Conselheiro Gilberto Caputo Santos

3.1.1.4 – Conselho Editorial do Jornal dos Economistas – Responsável pela avaliação e aprovação das matérias a serem publicadas no Jornal dos Economistas

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Conselheiro Gilberto Caputo Santos

Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

Conselheiro Sergio Carvalho Cunha da Motta

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha

Conselheira Gisele Mello Senra Rodrigues

Ecn. Paulo Mibielli Gonzaga

3.1.1.5 – Cursos – Responsável pelo planejamento e estruturação do conteúdo acadêmico e dos curso oferecidos pelo Corecon-RJ

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

Conselheiro André Luiz Rodrigues Osório

Conselheiro Arthur Camara Cardozo

Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos

3.1.1.6 – Licitações – Responsável pelos processos licitatórios do Corecon-RJ

Conselheiro Gilberto Caputo Santos



Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes
Secretário de Administração e Finanças Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos
Secretário de Registros Josivaldo de Lira

3.1.1.7 – Fórum Popular do Orçamento – Responsável pelo acompanhamento da execução do orçamento do município do Rio de Janeiro

Economista Luis Mário Behnken - Coordenador
Ana Krishna Passos Peixoto (a partir de dezembro/2015) - Estagiária
Bernardo Isídio de Oliveira (a partir de dezembro/2015) - Estagiário
Mariana Valentine Villela (até novembro/2015) - Estagiária
Karina Souza de Melo (até novembro/2015) - Estagiária
Camila Bockhorny Mendes - Estagiária

3.1.1.8 – Política Econômica – Comissão responsável pela formulação de propostas para condução da política econômica nacional e pela aprovação de textos e artigos sobre a ciência econômica

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiro André Luiz Rodrigues Osório
Conselheiro Arthur Camara Cardozo
Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Conselheiro Gilberto Caputo Santos
Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares

3.1.1.9 – Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado – Comissão responsável pela organização e execução anual do Prêmio destinado aos alunos concluintes de cursos de ciências econômicas

Conselheiro André Luiz Rodrigues Osório
Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

3.1.1.10 – Relações com instituições acadêmicas – Comissão responsável pela interface com os dirigentes dos cursos de economia das universidades

Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos

3.1.1.11 – Semana do Economista – Comissão responsável pelo planejamento das atividades em comemoração do Dia do Economista.

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheira Andrea Bastos da Silva Guimarães
Conselheira Flavia Vinhaes Santos
Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares
Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes
Conselheiro Miguel Antônio Pinho Bruno



Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Ecn. Reinaldo Gonçalves

3.1.1.12 – Tomada de Contas – Comissão responsável pelo acompanhamento do desempenho das receitas e despesas do Corecon-RJ e análise das prestações de contas trimestrais

Presidente: Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Conselheiro Arthur Camara Cardozo
Conselheira Gisele Mello Senra Rodrigues
Conselheiro Antônio dos Santos Magalhães
Conselheira Andrea Bastos da Silva Guimarães
Conselheiro Sergio Carvalho Cunha da Motta

3.1.2 – Informações sobre dirigentes:

3.1.2.1 – Conselheiros Efetivos

Arthur Camara Cardozo – mandato de 2014 a 2016
Gisele Mello Senra Rodrigues – mandato de 2014 a 2016
João Paulo de Almeida Magalhães – Falecido em 2015
Antônio dos Santos Magalhães – mandato de 2015 a 2017
Gilberto Caputo Santos – mandato de 2015 a 2017
Jorge de Oliveira Camargo – mandato de 2015 a 2017
José Antonio Lutterbach Soares – mandato de 2013 a 2015
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda – mandato de 2013 a 2015
Sidney Pascoutto da Rocha – mandato de 2013 a 2015

3.1.2.2 – Conselheiros Suplentes

Andrea Bastos da Silva Guimarães – mandato de 2014 a 2016
Regina Lúcia Gadioli dos Santos – mandato de 2014 a 2016
Marcelo Pereira Fernandes – mandato de 2014 a 2016
André Luiz Rodrigues Osório – mandato de 2015 a 2017
Flavia Vinhaes Santos – mandato de 2015 a 2017
Miguel Antônio Pinho Bruno – mandato de 2015 a 2017
Cesar Homero Fernandes Lopes – mandato de 2013 a 2015
José Ricardo de Moraes Lopes – mandato de 2013 a 2015
Sergio Carvalho Cunha da Motta – mandato de 2013 a 2015

3.1.3 – Estrutura Administrativa: Todos os ocupantes a partir daqui são empregados remunerados.



3.1.3.1 – Secretaria Executiva: Encarregada da supervisão de todas as demais secretarias e da execução das ações definidas pelo Plenário.

Composição:

Secretário Executivo: Chefia a Secretaria e todas as demais. Ocupada em 2015 pelo Economista Wellington Leonardo da Silva.

Secretária do Presidente e do Secretário Executivo: Paula Vanessa Bastos C. de Araújo

Assistente Administrativa III: Márcia Cristina Ayres dos Santos

Auxiliares de Serviços Gerais I: Alisson Souza Cunha

Maria Helena Conceição da Silva

Chana de Arruda Couceiro

3.1.3.2 – Secretaria de Administração e Finanças: Encarregada da gestão de pessoal, contas a pagar, compras e manutenção e do acompanhamento da execução de contratos e da interface com a contabilidade. Seu ocupante é o substituto do Secretário Executivo em seus impedimentos.

Composição:

Secretário I: Exerce a chefia imediata na Secretaria. Ocupada em 2015 pelo Economista Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Assistente Administrativa V: Elza Maria Paranhos de Andrades

Assistente Administrativo IV: Domingos da Silva Matos

Assistente Administrativo I: Vitor de Oliveira Xavier

3.1.3.3 – Secretaria de Registros: Encarregada do registro das pessoas físicas e jurídicas, emissão da carteira de identidade profissional dos economistas, das interfaces dos registrados com a Autarquia, da cobrança das anuidades devidas e da relação com a Assessoria Jurídicas nos processos de execução fiscal e nos derivados de cancelamentos de registros.

Composição:

Secretário I: Exerce a chefia imediata na Secretaria. Ocupada em 2015 pelo Economista Josivaldo de Lira.

Assistente Administrativo IV: Samuel Moreira Gomes

Assistente Administrativo IV: Silvia Maria Noronha Mussumesci

Assistente Administrativa III: Karina Aparecida Costa de Barros

Assistentes Administrativos I: Carla Alessandra B. da S. Peçanha

Cláudio Silva de Andrade

Thiago Vaz Barbosa

3.1.3.4 – Secretaria de Fiscalização: Encarregada da fiscalização das pessoas físicas e jurídicas, que exercem a profissão, do monitoramento dos concursos públicos e das ofertas de trabalho existentes no mercado, de forma a preservar as prerrogativas profissionais dos economistas, da instrução e condução dos processos de ética



profissional e da relação com a Assessoria Jurídica no que diz respeito aos processos administrativos sob sua responsabilidade.

Composição:

Secretário I: Exerce a chefia imediata na Secretaria e seu ocupante em 2015 foi a Economista Monica Assunção Silva.

Assessor de Fiscalização I/Fiscalização: Economista Gustavo José dos Santos Lopes (até agosto/2015)

Assessor de Fiscalização I/Fiscalização: Economista Gabriela Elise Auel (até novembro/2015)

Economista Fiscal I: Economista Vicente Pereira (a partir de setembro/2015)

Assistente Administrativo I/Fiscalização: Márcio Santos Ayala

3.1.3.5 – Secretaria de Cursos: Responsável pela gestão dos cursos de aperfeiçoamento profissional oferecidos pela Autarquia.

Composição:

Coordenadora: Exerce a chefia imediata na Secretaria e sua ocupante em 2015 foi a Sra. Claudia Oliveira Colares Valentim.

Assistente Administrativo I: Luiz Augusto de Souza Barros

3.1.3.6 – Biblioteca: Responsável pela guarda dos processos administrativos de registro e fiscalização das pessoas físicas e jurídicas, livros, DVDs e demais publicações existentes na Autarquia.

Composição:

Bibliotecária: Exerce a chefia imediata na Biblioteca e sua ocupante em 2015 foi a Bibliotecária Elisiene Gomes da Silva e Silva.

Assistente Administrativa IV: Maria da Guia Marcos dos Santos

Estagiário: Rodrigo Riguera de Assis (até junho/2015) e Diego Barbosa de Jordão Ferreira (a partir de junho/2015).

3.1.3.7 – Assessorias Externas:

Contábil: Manager, Auditoria, Consultoria e Contabilidade Ltda - CNPJ. N° 40.180.044/0001-65.

Jurídica: Peixinho, Cacau & Pires, Consultoria & Advogados Associados - CNPJ N° 01.473.520/0001-84.

Imprensa: Diagrama Comunicações Ltda - CNPJ N° 74.155.763/0001-48.

Informática: NTL Nova Tecnologia Ltda - CNPJ N° 35.185.480/0001-07.

3.2 – Atuação da Unidade de Auditoria Interna:

No que diz respeito à estrutura e procedimentos de controles internos a responsabilidade é da Secretaria de Administração e Finanças supervisionada pela Secretaria Executiva.



Eles também são analisados e checados pela Assessoria Contábil externa, pela Comissão de Tomada de Contas interna e pelo Plenário que discute e aprova ou não seus relatórios, e pela Comissão de Tomada de Contas do Conselho Federal de Economia e por seu Plenário, que analisam e aprovam, ou não, as prestações de contas trimestrais e anuais.

3.3 – Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos:

Não foram apontadas quaisquer não-conformidades e ilícitos por parte das Comissões de Tomada de Contas interna e externa.

3.4 – Gestão de risco e controles internos:

O Corecon-RJ segue as determinações do TCU quanto a aplicação financeira. Os recursos estão aplicados em poupança e em Letras do Tesouro Nacional, eliminando qualquer risco de perdas com investimentos.

No que concerne a cobrança, é importante registrar que o Corecon-RJ possui um controle sistemático em relação às anuidades vigentes e passadas, fazendo recobranças periódicas de inadimplentes. Ainda assim, perdurando a inadimplência, o Corecon-RJ faz anualmente inscrições em dívida ativa e execução fiscal.

Quanto a obediência às leis e regulamentos, o Corecon-RJ segue às determinações do Tribunal de Contas da União, do Conselho Federal de Economia e às leis que regem a Administração Pública, em especial as Leis 4320/63 e 8666/93. O Corecon-RJ conta com uma Assessoria Jurídica externa para auxiliar em quaisquer demandas de natureza jurídica.

3.5 – Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados:

Nenhuma remuneração é paga aos Conselheiros do Corecon-RJ.

3.6 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada:

Em 2015 não foi contratada empresa de auditoria independente



4 – Relacionamento com a Sociedade:

4.1 – Canais de acesso do cidadão:

O Corecon-RJ possui uma página na internet (www.corecon-rj.org.br) onde constam todas as informações relevantes às pessoas físicas e jurídicas registradas e ao público em geral. Entre os tópicos disponíveis na página, podemos destacar:

- Formalidades para o registro de pessoa física e jurídica: informações, formulários, documentação, etc;
- Jornal dos Economistas: versão em pdf de todas as edições do jornal a partir de 2001;
- Fiscalização: registro das ações da Secretaria de Fiscalização, espaço para apresentação de denúncias, emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica e Certidão de Acervo Técnico, etc;
- Legislação: leis, decretos e resoluções que regulamentam o exercício da profissão e as atividades do Corecon-RJ;
- Prestação de Contas: informações contábeis e financeiras dos últimos 5 anos;

A página do Corecon-RJ conta ainda com diversos artigos, livros digitais, vídeos, convênios e informações sobre eventos promovidos por esta autarquia.

Em relação às formas de contato, a página do Corecon-RJ disponibiliza todos os telefones e e-mails dos responsáveis por cada secretaria ou setor.

Além da página na internet, o Corecon-RJ possui ainda contas no Facebook e Twitter.

4.2 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Corecon-RJ ainda não possui um sistema específico de avaliação capaz de medir a satisfação dos registrados e do público em geral, porém as reclamações são destinadas e tratadas no âmbito de cada secretaria.

4.3 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A página do Corecon-RJ na internet possui um item destinado a Prestação de Contas, onde são apresentados todos os cheques emitidos por mês pelo Corecon-RJ nos últimos cinco anos, contendo data, beneficiário, descrição da despesa e valor. São apresentados ainda os balancetes orçamentários e financeiros de cada exercício – Comparativo de Receitas e Despesas, Balanço Financeiro, Demonstrativo de Variações Patrimoniais e Balanço Patrimonial.

Além da Prestação de Contas, a página do Corecon-RJ fornece informações das licitações ocorridas e em andamento.



4.4 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em virtude do Corecon-RJ estar localizado num prédio comercial, que conta com quatro elevadores em frente à portaria, não há qualquer obstáculo para o acesso de pessoas deficientes. Os dois andares pertencentes ao Corecon-RJ são planos, não havendo qualquer problema de mobilidade. Mesmo assim, em alguns casos especiais e havendo necessidade presencial, quando comprovada a dificuldade de locomoção, o Corecon-RJ envia o portador à residência do registrado ou interessado.

A Secretaria de Registro, através de solicitação, remete as carteiras de identidade profissional, via correio, aos economistas que residem fora do município do Rio de Janeiro.

Mensalmente, o Corecon-RJ envia aos seus registrados e adimplentes o Jornal dos Economistas pelos correios. Com o objetivo de difundir o debate da ciência econômica, o Jornal dos Economistas também é distribuído junto aos outros Conselhos Regionais de Economia, faculdades, diretórios acadêmicos, estatais e outras instituições interessadas.



5 – Desempenho Financeiro e Informações Contábeis:

5.1 – Desempenho financeiro do exercício:

Em 2015 foi arrecadado o valor de R\$5.568.383,14, que corresponde a 85,10% da Proposta Orçamentária que foi de R\$6.543.000,00. Se levarmos em consideração apenas o valor orçado para as Receitas Correntes no montante de R\$5.571.000,00, o Corecon-RJ atingiu 99,95% do valor compromissado em arrecadar. A despesa atingiu o montante de R\$5.089.115,15, que corresponde a 77,78% da despesa autorizada na Proposta Orçamentária, que foi de R\$6.543.000,00. Desta forma, em 2015 foi apurado um superávit orçamentário no valor de R\$479.267,99.

No exercício de 2015, apurou-se déficit patrimonial de R\$282.722,77, levando-se em consideração as mutações patrimoniais. O déficit patrimonial teve origem na mutação patrimonial em decorrência do montante recebido referente a dívida ativa e cancelamento de créditos inscritos em dívida ativa.

O superávit financeiro apurado em 2015 foi de R\$6.108.643,34 e o aumento das disponibilidades imediatas foi de R\$484.875,28 em relação ao exercício de 2014.

O superávit corrente, levando-se em consideração as receitas e despesas extra orçamentárias, foi de R\$504.875,28.

5.2 – Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos:

Não implementado. O Conselho Federal de Economia não definiu os parâmetros necessários para depreciação, amortização e exaustão de bens.

5.3 - Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade:

Não se aplica.

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

(JANEIRO A DEZEMBRO)

EXERCÍCIO DE 2015

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
TÍTULOS	R\$	R\$	R\$	TÍTULOS	R\$	R\$	R\$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS CORRENTES				DESPESAS CORRENTES			
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO:	3.995.311,82			DESPESAS DE CUSTEIO	4.055.214,11		
RECEITAS PATRIMONIAIS	592.957,81			TRANSFERÊNCIAS CORRENTE:	985.434,45	5.040.648,56	
RECEITAS DE SERVIÇOS	120.596,38						
TRANSFERÊNCIAS CORRENTE:	-			DESPESAS DE CAPITAL			
OUTRAS RECEITAS CORRENTE:	859.517,13	5.568.383,14		INVESTIMENTOS	48.466,59		
				INVERSÕES FINANCEIRAS	-	48.466,59	5.089.115,15
RECEITAS DE CAPITAL				MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
ALIENAÇÃO DE BENS				COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA			
ALIENAÇÃO DE BENS MOVI	-		5.568.383,14		416.094,57		
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓV	-			ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-		
				ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS				DIVERSOS			
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS		32.046,59			-		416.094,57
CONST.E AQUIS.DE BENS IMÓVEIS		16.420,00					
ALMOXARIFADO		38.649,16	87.115,75				
INDEP DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				INDEP DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA		-		CANCELAMENTO DE CRÉDITOS		386.789,91	
INCORPORAÇÃO DE BENS		-		DIVERSOS		5.150,37	
DÍVIDA FLUTUANTE ANULADA		-		SUPERVINIÊNCIAS DIVERSAS		-	
DE OUTRAS DÍVIDAS PASSIVAS		-		ALMOXARIFADO		41.071,66	433.011,94
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			5.655.498,89	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS			5.938.221,66
RESULTADO PATRIMONIAL				RESULTADO PATRIMONIAL			
DÉFICIT VERIFICADO				SUPERÁVIT VERIFICADO			
		282.722,77	282.722,77			-	-
TOTAL GERAL			5.938.221,66	TOTAL GERAL			5.938.221,66

BALANÇO PATRIMONIAL

(JANEIRO A DEZEMBRO)

EXERCÍCIO DE 2015

A T I V O			P A S S I V O		
TÍTULOS	VALORES		TÍTULOS	VALORES	
ATIVO FINANCEIRO			PASSIVO FINANCEIRO		
DISPONÍVEL			DÍVIDA FLUTUANTE		
BANCOS C/ MOVIMENTO	7.101,43		RESTO À PAGAR	5.966,65	
BANCOS C/ ARRECADÇÃO	123.406,90		DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	152.200,28	
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSI	-		CONSIGNAÇÕES	9.255,15	
RESPONSÁVEL POR SUPRIMEN	400,00	130.908,33	CREDORES DA ENTIDADE	-	
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA			ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	107.031,24	274.453,32
BANCOS/VINC. A APLIC. FINANCEIRA	6.442.104,38				
REALIZÁVEL			RESULTADO PENDENTE		
DEVEDORES DA ENTIDADE	250,00		DESPESAS DE PESSOAL À PAGAR	243.590,29	
ENTIDADES PÚBLICAS DEVED	3.651,42		DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAF	400,00	243.990,29
ADIANTAMENTO CONCEDIDC	10.009,49	13.910,91			
RESULTADO PENDENTE					
DESPESAS A REGULARIZAR	-				
DEPÓSITOS JUDICIAIS	40.163,33	6.627.086,95			
ATIVO PERMANENTE			SOMA DO PASSIVO REAL		
BENS PATRIMONIAIS			518.443,61		
BENS MOVEIS	389.061,98				
BENS IMÓVEIS	1.293.598,58	1.682.660,56			
VALORES					
TÍTULOS DE EMPRESAS ESTATAIS	1.117,64				
ALMOXARIFADOS	46.134,70	1.729.912,90			
CRÉDITOS					
DÍVIDA ATIVA		16.479.267,67			
SOMA DO ATIVO REAL		24.836.267,52			
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL		
PATRIMÔNIO(PASSIVO REAL A DESCOBERTO)			PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)		
		-			24.317.823,91
TOTAL GERAL		24.836.267,52	TOTAL GERAL		24.836.267,52



BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO

(JANEIRO A DEZEMBRO)

EXERCÍCIO DE 2015

ATIVO	2014	2015	VARIACÃO	PASSIVO	2014	2015	VARIACÃO
	VALORES				VALORES		
TÍTULOS				TÍTULOS			
ATIVO FINANCEIRO	6.115.466,92	6.627.086,95	511.620,03	PASSIVO FINANCEIRO	486.091,57	518.443,61	32.352,04
DISPONÍVEL	152.982,01	130.908,33	(22.073,68)	DÍVIDA FLUTUANTE	289.791,30	274.453,32	(15.337,98)
BANCOS C/ MOVIMENTO	1.565,70	7.101,43	5.535,73	RESTOS À PAGAR	4.405,42	5.966,65	1.561,23
BANCOS C/ ARRECAÇÃO	151.016,31	123.406,90	(27.609,41)	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIC	254.890,36	152.200,28	(102.690,08)
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSI	-	-	-	CONSIGNAÇÕES	-	9.255,15	9.255,15
RESPONSÁVEL POR SUPRIMEN	400,00	400,00	-	CREDORES DA ENTIDADE	-	-	-
DISPONÍVEL VINC C/C BANC.	5.915.155,42	6.442.104,38	526.948,96	ENTIDADES PÚBLICAS CREDO	30.495,52	107.031,24	76.535,72
BANCOS C/VINC. A APLIC. FIN.	5.915.155,42	6.442.104,38	526.948,96				
REALIZÁVEL	9.775,69	13.910,91	4.135,22	RESULTADO PENDENTE	196.300,27	243.990,29	47.690,02
DEVEDORES DA ENTIDADE	250,00	250,00	-	DESPESAS DE PESSOALA PAGA	195.900,27	243.590,29	47.690,02
ENTIDADES PÚBLICAS DEVED	391,47	3.651,42	3.259,95	DESP DE SUPRIM A COMPROV.	400,00	400,00	-
ADIANTAMENTO CONCEDIDC	9.134,22	10.009,49	875,27				
RESULTADO PENDENTE	37.553,80	40.163,33	2.609,53				
DESPESAS A REGULARIZAR	-	-	-				
DEPÓSITOS JUDICIAIS	37.553,80	40.163,33	2.609,53				
ATIVO PERMANENTE	18.971.171,33	18.209.180,57	(761.990,76)	SOMA DO PASSIVO REAL	486.091,57	518.443,61	32.352,04
BENS PATRIMONIAIS	1.639.344,34	1.682.660,56	43.316,22				
BENS MOVEIS	362.165,76	389.061,98	26.896,22	SALDO PATRIMONIAL	24.600.546,68	24.317.823,91	(282.722,77)
BENS IMÓVEIS	1.277.178,58	1.293.598,58	16.420,00	PATRIM.(ATIVO REAL LÍQUID	24.600.546,68	24.317.823,91	(282.722,77)
VALORES	49.674,84	47.252,34	(2.422,50)				
TÍTULOS DE EMPRESAS ESTA	1.117,64	1.117,64	-				
ALMOXARIFADOS	48.557,20	46.134,70	(2.422,50)				
CRÉDITOS	17.282.152,15	16.479.267,67	(802.884,48)				
DÍVIDA ATIVA	17.282.152,15	16.479.267,67	(802.884,48)				
SOMA DO ATIVO REAL	25.086.638,25	24.836.267,52	(250.370,73)				
SALDO PATRIMONIAL	-	-	-				
PATRIM.(PASS REAL A DESC)	-	-	-				
TOTAL GERAL	25.086.638,25	24.836.267,52	(250.370,73)	TOTAL GERAL	25.086.638,25	24.836.267,52	(250.370,73)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

(JANEIRO A DEZEMBRO)

EXERCÍCIO DE 2015

EXECUÇÃO - COMPROMETIMENTO DE RECEITA				EXECUÇÃO - DESPESA AUTORIZADA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$		R\$	R\$	R\$
RECEITAS CORRENTES	5.571.000,00	5.568.383,14	2.616,86	DESPESAS CORRENTES	6.433.000,00	5.040.648,56	1.392.351,44
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO:	3.993.000,00	3.995.311,82	(2.311,82)	DESPESAS DE CUSTEIO	5.466.000,00	4.055.214,11	1.410.785,89
RECEITAS PATRIMONIAIS	653.000,00	592.957,81	60.042,19	TRANSFERENCIAS CORRENTE:	967.000,00	985.434,45	(18.434,45)
RECEITAS DE SERVIÇOS	139.000,00	120.596,38	18.403,62				
TRANSFERENCIAS CORRENTE:	6.000,00	-	6.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	110.000,00	48.466,59	61.533,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTI	780.000,00	859.517,13	(79.517,13)	INVESTIMENTOS	110.000,00	48.466,59	61.533,41
				INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	972.000,00	-	972.000,00				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	SUBTOTALS	6.543.000,00	5.089.115,15	1.453.884,85
ALIENAÇÃO DE BENS	2.000,00	-	2.000,00				
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	SUPERÁVIT	-	479.267,99	479.267,99
TRANSF. DE CAPITAL	-	-	-				
OUTRAS REC. DE CAPITAL	970.000,00	-	970.000,00	TOTAL GERAL	6.543.000,00	5.568.383,14	974.616,86
SUBTOTALS	6.543.000,00	5.568.383,14	974.616,86				
DÉFICIT	-	-	-				
TOTAL GERAL	6.543.000,00	5.568.383,14	974.616,86				

6 – Áreas Especiais da Gestão:

6.1 – Gestão de Pessoas

6.1.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade

a) Demonstração da Força de Trabalho:

Em 31 de dezembro de 2015, o Corecon-RJ possuía 24 empregados, conforme quadro funcional abaixo:

EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA EXECUTIVA					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
ALISSON SOUZA CUNHA	11/06/1973 (42 anos)	20/04/1998	CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I-SERV.INTERNO/EXTERNO	Nível Médio Completo
MARCIA CRISTINA AYRES DOS SANTOS	02/02/1959 (57 anos)	01/09/1998	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III/CONVÊNIOS	Nível Médio Completo
MARIA HELENA CONCEIÇÃO DA SILVA	17/04/1966 (49 anos)	09/04/2001	CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I/LIMPEZA	Nível Fundamental Completo
PAULA VANESSA BASTOS CARVALHO DE ARAÚJO	15/12/1971 (44 anos)	21/02/2006	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA E EXECUTIVA I	Superior Completo
WELLINGTON LEONARDO DA SILVA	21/10/1959 (56 anos)	15/06/1998	CLT	SECRETÁRIO EXECUTIVO	Superior Completo
CHANA DE ARRUDA COUCEIRO	12/01/1984 (31 anos)	05/11/2015	CONCURSO PÚBLICO - CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I-SERV.INTERNO/EXTERNO	Nível Médio Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE REGISTRO					

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
CARLA ALESSANDRA B. DA S. PEÇANHA	03/11/1984 (31 anos)	26/03/2008	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/REGISTRO	Nível Médio Completo
CLÁUDIO SILVA DE ANDRADE	14/01/1965 (51 anos)	02/04/2007	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II/REGISTRO	Superior Completo
JOSIVALDO DE LIRA	29/01/1969 (47 anos)	19/08/2008	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIO I / REGISTRO	Superior Completo
KARINA APARECIDA COSTA DE BARROS	12/09/1976 (39 anos)	01/09/1998	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III/REGISTRO	Nível Médio Completo
SAMUEL MOREIRA GOMES	15/10/1965 (50 anos)	05/02/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REGISTRO	Nível Médio Completo
SILVIA MARIA NORONHA MUSSUMESCI	18/03/1964 (51 anos)	23/12/1987	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REGISTRO	Superior Completo
THIAGO VAZ BARBOSA	06/03/1984 (31 anos)	21/01/2009	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/REGISTRO	Nível Médio Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
MARCIO SANTOS AYALA	15/05/1984 (31 anos)	21/10/2014	CARGO EM COMISSÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/ FISCALIZAÇÃO	Nível Médio Completo
MONICA ASSUNÇÃO SILVA	25/07/1985 (30 anos)	22/01/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIA I/FISCALIZAÇÃO	Superior Completo

VICENTE PEREIRA	27/03/1987 (28 anos)	01/09/2015	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ECONOMISTA FISCAL I	Superior Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE CURSOS					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
CLÁUDIA OLIVEIRA COLARES VALENTIM	10/08/1976 (39 anos)	22/01/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	COORDENADORA DE CURSOS I/CURSOS	Superior Completo
LUIZ AUGUSTO DE SOUZA BARROS	28/03/1970 (45 anos)	07/04/1995	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II/CURSOS	Nível Médio Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
DOMINGOS DA SILVA MATOS	24/02/1957 (59 anos)	02/02/1987	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/CONTAS A PAGAR	Nível Médio Completo
ELZA MARIA PARANHOS DE ANDRADES	22/12/1958 (57 anos)	21/07/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REC. HUMANOS	Nível Médio Completo
GUILHERME TINOCO OLIVEIRA DOS ANJOS	05/04/1979 (36 anos)	21/09/2005	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIO I/ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Superior Completo
VITOR DE OLIVEIRA XAVIER	27/01/1985 (30 anos)	02/06/2014	CARGO EM COMISSÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/ COMPRAS	Nível Médio Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA BIBLIOTECA					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE

ELISIENE GOMES DA SILVA E SILVA	25/04/1988 (27 anos)	25/03/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	BIBLIOTECÁRIA I/BIBLIOTECA	Superior Completo
MARIA DA GUIA MARCOS DOS SANTOS	04/05/1958 (57 anos)	01/05/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/BIBLIOTECA	Superior Completo

Considerando a tipologia dos cargos ocupados, o Corecon-RJ conta, ao final de 2015, com vinte e dois empregados efetivos e dois comissionados.

Além do quadro funcional próprio, o Corecon-RJ conta, dentro de suas dependências, com quatro estagiários e dois técnicos de informática terceirizados. Dos quatro estagiários contratados, três são cedidos ao Fórum Popular do Orçamento e um estagiário está lotado na Biblioteca.

NOME	Nº PROCESSO	LOTAÇÃO
ANA KRISHNA PASSOS PEIXOTO (a partir de 01/12/2015) – Final: 01/06/2016	407/2015	Fórum Popular do Orçamento
BERNARDO ISIDIO DE OLIVEIRA (a partir de 01/12/2015) – Final: 01/06/2016	407/2015	Fórum Popular do Orçamento
CAMILA BOCKHORNY MENDES (a partir de 05/05/2014) – Final: 05/05/2016	680/2013	Fórum Popular do Orçamento
DIEGO BARBOZA DE JORDÃO FERREIRA (a partir de 22/06/2015) – Final: 22/06/2016	255/2015	Biblioteca

b) Processo de Ingresso de Empregados:

As contratações são realizadas por meio de concurso público. Atualmente, está sendo utilizado o cadastro de reserva do Concurso Público nº 01/2012, promovido pelo Conselho Federal de Economia, ainda em vigor. Em 2015, houve 2 ingressos e 2 egressos de empregados no Corecon-RJ

c) Qualificação da Força de Trabalho:

Tipologias do cargo	Quantidade de Empregados por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	de 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Empregados Efetivos	3	6	6	7	0

Empregados Comissionados	1	1	0	0	0
Total	4	7	6	7	0

Tipologias do cargo	Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade					
	Analfabeto	Alfabetizado sem cursos regulares	Primeiro grau incompleto	Primeiro grau	Segundo grau ou técnico	Superior
Empregados Efetivos	0	0	0	1	10	11
Empregados Comissionados	0	0	0	0	2	0
Total	0	0	0	1	12	11

d) Programa de Estágio e Terceirização da Mão de Obra:

Conforme mencionado anteriormente, o Corecon-RJ conta com quatro estagiários contratados. Três são cedidos ao Fórum Popular do Orçamento e um estagiário está lotado na Biblioteca. A contratação é feita através de processos seletivos que envolvem análise curricular, provas e entrevistas.

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes		Despesa do Exercício
	1º Semestre	2º Semestre	
Nível Superior	4	4	R\$ 36.242,14
Nível Médio	0	0	R\$ -
Total	4	4	R\$ 36.242,14

Em relação aos contratos terceirizados, em 2015 o Corecon-RJ manteve dois contratos de mão-de-obra residente: recepção (até outubro/2015) e assessoria de informática. Os dados dos contratos são representados na tabela abaixo:

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Situação
					Início	Fim	F	M	S	
2013	3- Informática	Ordinária	Manutenção de equipamentos de informática e administração de redes locais	NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA - CNPJ: 35.185.480/0001-07	2013	2016	0	1	1	Ativo Prorrogado
2014	5- Recepção	Ordinária	Prestação de serviço de recepcionista, com mão-de-obra residente, em caráter temporário	PARCERIA SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA - CNPJ: 01.253.339/0001-62	2014	2015	0	1	0	Ativo Prorrogado

Atualmente, o contrato firmado com a empresa Parceria Serviços Temporários Ltda contempla somente a substituição de empregados por motivo de férias ou afastamento.

6.1.2 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal:

As despesas com Pessoal aumentaram cerca de 7,8% em relação ao exercício de 2015, conforme tabela abaixo:

Despesas com Pessoal		
Vencimentos	2014	2015
Salários	R\$ 1.171.792,09	R\$ 1.302.638,83
Férias e 13º Salário	R\$ 142.043,43	R\$ 150.050,75
Indenizações	R\$ 37.749,18	R\$ -
Assistência Médica e Odontológica	R\$ 158.251,33	R\$ 161.460,89
Vale Refeição/Alimentação	R\$ 180.454,78	R\$ 189.686,15
INSS	R\$ 334.515,00	R\$ 374.409,49
FGTS	R\$ 103.492,59	R\$ 116.860,23



Demais Despesas (Auxílio Creche e Reajuste por mérito)	R\$ 26.639,48	R\$ 29.849,98
Total	R\$ 2.154.937,88	R\$ 2.324.956,32

6.1.3 – Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal:

Conforme determinação do TCU, o Corecon-RJ adota a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT como regime de trabalho e realiza concursos públicos para a contratação de pessoal. Para dar conta de eventuais ações de cunho trabalhista, o Corecon-RJ possui Assessoria Jurídica especializada em direito do trabalho.

Atualmente, o Corecon-RJ possui uma pendência em termos trabalhistas (Processo N° 0769413-95.1900.4.02.5101) cujo reclamante pleiteia um valor aproximado de R\$1.000.000,00. De forma dirimir os riscos de uma eventual decisão judicial desfavorável, o Corecon-RJ destinou créditos adicionais no orçamento para esta finalidade.

6.1.4 – Contratação de Mão de Obra Temporária

O Corecon-RJ realizou, em 2014, licitação para contratação de mão de obra temporária para serviços de recepcionista e substituição de empregados por motivo de férias ou afastamento. Em 2015, as despesas com a empresa contratada – Parceria Serviços Temporários LTDA (CNPJ n° 01.253.339/0001-62) totalizaram R\$90.669,28.

6.2 – Gestão da Tecnologia da Informação

6.2.1 – Principais Sistemas de Informações

Os principais sistemas de informação que o Corecon-RJ utiliza são:

- Siscaf: Desenvolvido pela empresa Implanta Informática LTDA – CNPJ n° 37.994.043/0001-40. Este sistema é responsável pelo controle de cadastro, emissão e recebimentos de anuidades do Corecon-RJ. Foi contratado pelo Conselho Federal de Economia, que disponibiliza sem ônus para os Corecon's.

- Siscont: Desenvolvido pela empresa Implanta Informática LTDA – CNPJ n° 37.994.043/0001-40. Este sistema é responsável pelo controle contábil e orçamentário do Corecon-RJ. Foi contratado pelo Conselho Federal de Economia, que disponibiliza sem ônus para os Corecon's. Atualmente, é utilizado pela Assessoria Contábil do Corecon-RJ – Manager Auditoria Consultoria & Contabilidade Ltda.



- Folha de Pagamento: Desenvolvido pela empresa Alterdata Tecnologia em Informática LTDA – CNPJ nº 36.462.778/0012-12. Este sistema é responsável pela emissão da folha de pagamento. Em 2015, o valor gasto com a manutenção totalizou R\$3.746,61.

- Poseidon: Desenvolvido pela empresa Sesin Brasil Prestação De Serviços De Tecnologia Da Informação LTDA - CNPJ Nº 14.634.282/0001-93. Trata-se de um sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – GED, para visualização de documentos que já foram digitalizados. Em 2015, o sistema foi customizado às necessidades do Corecon-RJ e implantado. O valor total gasto com o sistema no exercício foi de R\$31.312,19.

- AFIN: Desenvolvido pela empresa Easy System Informática Ltda – CNPJ nº 18.469.063/0001-57. Trata-se do sistema responsável pelo controle financeiro e contas a pagar. O sistema foi implantado em 2007 e não houve necessidade de contratação de manutenção mensal.

É importante assinalar que o Corecon-RJ está desenvolvendo um novo sistema de cadastro e financeiro, customizado às suas necessidades. Para tanto, em 2014, foi realizada licitação para contratação de uma empresa especializada em mapeamento e redesenho de processos, de forma realizar um levantamento de todos os fluxos existentes nas áreas de cadastro, fiscalização, contábil e financeira, e redefinir parâmetros e requisitos necessários para o posterior desenvolvimento de um novo sistema que contemple a integração de todas estas áreas. A empresa Valora Soluções em Gestão LTDA – CNPJ nº 07.180.408/0001-31 iniciou a prestação deste serviço em março de 2015 e o término está previsto para julho de 2016. O valor total do contrato é de R\$77.900,00.



7 – Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle

7.1 – Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve recomendações por parte do TCU.

7.2 – Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

7.2.1 – Tratamento das Recomendações da Comissão de Tomada de Contas – CTC

Não houve recomendações por parte da Comissão de Tomada de Contas do Corecon-RJ. Os balancetes trimestrais foram aprovados pela CTC por unanimidade e submetidos ao Plenário do Corecon-RJ.

7.2.2 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Externa e da CTC/Cofecon

A Comissão de Tomada de Contas do Cofecon aprovou todos os balancetes trimestrais apresentados. A Comissão fez apenas uma ressalva quanto ao alto índice de inadimplência, recomendando identificar o maior número de economistas inadimplentes em dívida ativa, excluindo os economistas falecidos e outros casos que permitam a baixa no cadastro.

7.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não se aplica. Não houve qualquer ocorrência de dano ao erário do Corecon-RJ.

Resultados e Conclusões

De uma forma geral, os objetivos traçados para o exercício de 2015 foram concluídos com sucesso ou, em alguns casos, estão em andamento. Destacamos que a situação administrativa e financeira do Corecon-RJ, conforme descrita neste relatório, encontra-se controlada e sólida. Concluimos que a Gestão de 2015 obteve êxito em todos os sentidos, principalmente no que diz respeito à fiscalização e valorização da profissão de economista.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2015

José Antônio Lutterbach Soares
Presidente